

**PORQUE O “PINHÃO NÃO CAI LONGE DO PINHEIRO”:  
O SABER SOCIALMENTE CONSTRUÍDO NO CONSELHO DOS ANCIÕES  
DO QUILOMBO PAIOL DE TELHA**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo, Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo, Departamento de Planejamento e Administração Escolar, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador:  
Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias

CURITIBA

2007

Este trabalho é dedicado ao meu filho Ian e aos membros das comunidades quilombolas do Paraná, especialmente aos Senhores Antônio, de João Surá, Seo Hilton de Batuva, a Senhora Mariluz e Seo Domingos Gonçalves da Comunidade Paiol de Telha. Na esperança que os atos bárbaros perpetrados contra suas comunidades deixem de se repetir e que o compromisso que possuem com a preservação e melhoria de vida dos quilombolas esteja presente nas novas gerações dos trabalhadores brasileiros de todos os grupos étnicos.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente, quero agradecer ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela oportunidade de poder voltar a estudar e a todos(as) companheiros educandos e aqueles que colaboraram ministrando aulas, coordenando debates, cobrando os trabalhos, orientando as pesquisas, principalmente ao professor Gracialino pela orientação, por sua tolerância e compreensão durante a construção do trabalho.

De forma especial, agradeço a minha amiga Claudemira e ao amigo Cassius, as minhas irmãs Gisele e Daniele, pelo apoio nas discussões sobre o assunto, e toda a minha família que teve que compreender as ausências durante os períodos de estudo.

Fundamentalmente, devo a construção desta monografia aos membros da comunidade Paiol de Telha, que me receberam e colaboraram, carinhosa e ativamente, na pesquisa.

“Na África, quando um ancião morre, é como uma biblioteca se incendiasse”.

Hampatê-Bha, filósofo africano.

## RESUMO

O presente trabalho propõe-se a analisar o saber social produzido durante na história do quilombo Paiol de Telha, em Guarapuava-Paraná. O sujeito da análise será o Conselho de Anciões, instância político-organizativa composta pelos membros Mais Velhos do grupo de camponeses negros expropriados de seu território desde a década de 1970. Na pesquisa de campo foram realizadas entrevistas com nove homens e mulheres que participam ativamente das atividades de mobilização dos “quilombolas” ou “herdeiros”. A partir das entrevistas foi investigado quais as funções do Conselho dos Anciões, seu papel e valor do conhecimento que os Mais Velhos detinham. Inquiriu-se também sobre os processos de educação não formal existente em uma comunidade e a forma como esta educação ocorre. Para responder a tais objetivos foi realizada uma revisão bibliográfica acerca da presença de comunidades quilombolas no Paraná, a sua formação enquanto um grupo particular do campesinato e sua relação com os conflitos agrários do século XX no Estado. Durante a realização do trabalho de campo participamos de oficinas e reuniões de cunho político-organizativo dos quilombolas que forneceram outros elementos para análise. Entre as contribuições do presente trabalho estão: a maior compreensão da formação do campesinato e das lutas sociais no campo paranaense tendo em vista a população negra; contribuições para o estudo das relações estabelecidas entre a ancestralidade negra e a produção de um saber social orientado para a reativação da identidade do grupo social no processo de luta pela retomada de seu território.

Palavras-chave: quilombo, campesinato negro, ancestralidade, saber social, sujeito histórico.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.01</b>
<b>2 CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA E REVISÃO DE LITERATURA.</b>	
<b>2.1 Metodologia de Pesquisa. ....</b>	<b>p. 04</b>
<b>2.1.1 O olhar no meio envolvente.....</b>	<b>p. 07</b>
<b>2.1.2 O olhar sobre o contexto interno. ....</b>	<b>p.10</b>
<b>2.2 Conceitos de análise interpretativa.....</b>	<b>p. 15</b>
<b>2.3 Conceitos de “ancestralidade”, “sujeito histórico” e “saber social” como instrumento para compreender as práticas sociais do Conselho de Anciões.....</b>	<b>p. 17</b>
<b>2.4 Quilombo: um conceito em disputa.....</b>	<b>p. 21</b>
<b>2.4.1 Ruralistas e quilombos.....</b>	<b>p. 22</b>
<b>3 CAPÍTULO I: NOTAS PARA A PRESENÇA AFRODESCENDENTE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ.</b>	
<b>3.1 O escravismo no Paraná do século XIX.....</b>	<b>p. 26</b>
<b>3.2 Campesinato negro e as guerras camponesas no Paraná. ....</b>	<b>p. 32</b>
<b>3.2.1 A guerra camponesa do Contestado.....</b>	<b>p. 37</b>
<b>3.3 Negros do Paiol de Telha: autonomia camponesa e expropriação da terra.....</b>	<b>p. 40</b>
<b>3.3.1 A expropriação das terras da comunidade Paiol de Telha.....</b>	<b>p. 41</b>
<b>3.4 Em “respeito aos Mais Velhos”, os “Mais Novos seguem a fila” .....</b>	<b>p. 44</b>
<b>4 PORQUE “O PINHÃO NÃO CAI LONGE DO PINHEIRO”: O SABER SOCIAL NO GRUPO NEGRO PAIOL DE TELHA.</b>	
<b>4.1 Sujeito histórico e ancestralidade.....</b>	<b>p. 48</b>
<b>4.2 Saber social e os Mais Velhos.....</b>	<b>p. 59</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p. 65</b>
<b>6 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>p. 68</b>
<b>7 APÊNDICES</b>	
<b>7.1 APÊNDICE A: Cartograma de Conflitos Agrários X Quilombos do Paraná.</b>	
<b>7.2 APÊNDICE B: Roteiro de entrevistas.</b>	

## 1 INTRODUÇÃO.

A presença negra na formação da sociedade nacional, e também paranaense, tem sido algo historicamente negado. Sua contribuição cultural insuficientemente investigada e retratada pela pesquisa acadêmica. Esta situação talvez seja mais grave nos estudos em relação aos camponeses, dado que, nas zonas urbanas das grandes cidades do Estado existem entidades destinadas à promoção da cultura negra desde o início do século que foram objeto de estudo devido a interesses de pesquisadores(as) e, a partir da década de 1970, entidades organizadas do movimento negro que priorizam estes estudos. Não obstante, em relação ao meio rural, excetuando-se o período escravista, a visibilidade do negro é pequena. Este quadro tem sido alterado nos últimos anos em decorrência a mobilização de comunidades quilombolas por todo o país, o que gerou impacto também no Paraná.

A visibilidade destes quilombos ante ao público em geral tem explicitado opressões sofridas durante a história do Paraná. Conflitos são narrados em várias comunidades, envolvendo, geralmente, grileiros, o Estado que estiveram envolvidos na expropriação de territórios negros: na colonização russa em Ponta Grossa está indiretamente associada à subtração da Fazenda Santa Cruz, promovida por processo judicial em 1914 pelo Procurador de Palmeira; a instalação dos alemães da Cooperativa Agrária Entre Rios está relacionada à expropriação da Comunidade Paiol de Telha pelo Delegado Oscar Pacheco dos Santos e a desapropriação de terras da região pelo governador Bento Munhoz da Rocha; no Varzeão, a violência esteve articulada a interesses do então governador Lupion pela fazenda Morungava (que foi tomada por madeireiras que avançaram sobre terras quilombolas<sup>1</sup>). Posteriormente, estes conflitos articulam-se à “modernização conservadora” que associou uso em larga escala da mecanização, agrotóxicos e subsídios estatais mantendo a estrutura fundiária do latifúndio associado à exportação. Os conflitos têm hoje caracteres sócio-ambientais relacionados à ação do agronegócio: no Vale do Ribeira Paranaense (comunidades de João Surá, Córrego do Franco, São João, Córrego das Moças,

---

<sup>1</sup>Tais fatos encontram-se descritos em dossiê elaborado pela comunidade com apoio do sindicato de trabalhadores rurais.

Sete Barras, Praia do Peixe, Três Canais, Estreitinho, Areia Branca, Varzeão) grandes pecuaristas e empresas de reflorestamento de pinus e eucalipto (associadas a multinacionais da celulose), prejudicam a reprodução social dos quilombos através da derrubada de matas nativas e ciliar, da destruição e poluição de rios e nascentes com uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos, além da invasão de terras. Outro aspecto, contínuo a este processo, refere-se a influencia que o agronegócio exerce através da bancada ruralista em nível federal, que derrubou o Decreto que disciplinava a regularização fundiária para comunidades quilombolas<sup>2</sup>, explicitando um conflito nacional entre estas comunidades e o agronegócio, como podemos perceber em Minas Gerais e Espírito Santo, envolvendo latifundiários e a Aracruz Celulose<sup>3</sup>.

No Paraná, desde a campanha em apoio à comunidade do Paiol de Telha (Guarapuava) organizada por movimentos sociais populares – CPT (Comissão Pastoral da Terra), sindicatos (APP-Sindicato, SISMAC), ACNAP (Associação Cultural de Negritudes e Ação Popular), MST e pesquisas acadêmicas publicadas durante a década de 90 nasceu uma nova visibilidade da questão quilombola no Paraná. Na década seguinte, a partir do levantamento efetuado desde 2005, pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, criado pelo governo do Estado, as comunidades quilombolas se tornam conhecidos “oficialmente” e seu número passa para 37 já reconhecidas, com indícios da existência de 86 comunidades<sup>4</sup>.

É neste contexto que optamos em analisar o histórico de uma destes grupos, o de Paiol de Telha, originariamente localizados na Fazenda Fundão município de Guarapuava, e que atualmente, dado que foram expulsos de suas terras ao longo do século XX e encontram-se em municípios da região. Em relação ao nosso trabalho, serão priorizados dois aspectos: a sua face organizativa e a inserção do grupo dentro de um contexto maior das lutas sociais no campo no Paraná. No que se refere ao estudo de suas relações organizativas, priorizamos uma de suas instâncias, o Conselho dos Anciões, formada pelos membros mais idosos (os Mais Velhos ou Anciões, como são chamados). O estudo foi efetuado através de entrevistas com membros de outra instância organizativa, a Coordenação dos Mais Novos e outras duas pessoas que não participam desta coordenação. Nosso trabalho encontra-se dividido da seguinte forma:

---

<sup>2</sup> Decreto Lei 4887/03.

<sup>3</sup> YACCOUB, Hilaine. [www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=19397](http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=19397), 14/03/08.

<sup>4</sup> Sitio [www.seae.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyd=307](http://www.seae.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyd=307), 14/03/08.

No “Capítulo I: Metodologia de Pesquisa e Revisão de Literatura” discutimos os procedimentos de investigação e sua base teórico-metodológica, os conceitos utilizados na interpretação dos dados e os conceitos usados para compreensão do significado do termo “quilombo”. No capítulo dois “Notas para a presença Africana e Afrodescendente e a questão agrária no Paraná”, tecemos algumas relações sobre a presença negra e a formação de comunidades quilombolas e a luta pela terra no Paraná. No terceiro capítulo “‘Porque o pinhão não cai longe do pinheiro’: o saber social no grupo negro Paiol de Telha”, analisamos o aspecto educativo e o saber social construído pelos Mais Velhos no Conselho dos Anciões. Por fim, no capítulo cinco “Considerações finais” apresentamos algumas reflexões acerca de nosso trabalho e apontamos algumas questões que, durante o trabalho, achamos importantes sugerir a investigadores sobre o tema.

## 2 CAPÍTULO I: METODOLOGIA DE PESQUISA E REVISÃO DE LITERATURA.

### 2.1 Metodologia de Pesquisa.

Tendo em vista o histórico do grupo negro marcado por um longo período de reivindicação das terras ancestrais, onde a maior parte das pessoas encontra-se disperso e com poucos espaços de encontro, elencamos os seguintes objetivos de pesquisa:

- a. Compreender e contribuir na divulgação de subsídios para história social da luta pela terra nos quilombos do Paraná;
- b. Compreender o papel dos “Mais Velhos” no processo de organização da comunidade quilombola a partir da ação do Conselho dos Anciões;
- c. Contribuir com o debate acerca dos processos de promoção da igualdade racial no Paraná a partir da questão agrária;

Especificamente, analisaremos:

- a. Quais foram os principais fatores que condicionaram a atual situação dos remanescentes de quilombo no Paraná?
- b. Qual o princípio educativo trazido pelos “Mais Velhos” na formação humana? Qual o papel do Conselho de Anciões como instância organizativa?

Para início do debate necessitamos explicitar alguns posicionamentos com os quais compartilhamos acerca da função social e do papel da pesquisa acadêmica:

- a. "A ciência é social, isto é, ela é um produto do intelecto humano que responde a necessidades concretas de determinado momento histórico, necessidades estas definidas pelos grupos no poder".(HAGUETTE, 1992, p.156);
- b. Que a nossa proposta de pesquisa parte do "princípio ético de que a ciência não pode ser apropriada por grupos

dominantes [como] tem ocorrido historicamente, mas deve ser socializado, não só em termos de seu próprio processo, como de seus usos, o que implica na necessidade de uma ação por parte daqueles envolvidos na investigação (pesquisador e pesquisado)” (HAGUETTE, 1992, p. 109).

Estas duas questões partem das seguintes constatações: 1) É recorrente no estudo de populações excluídas que, depois de feito o trabalho, este não seja devolvido à comunidade – durante os trabalhos que realizei como funcionário público e o trabalho de campo com o grupo social, membros de diferentes comunidades quilombolas apontaram que, depois que pesquisadores das universidades terminaram seus trabalhos não mais voltaram à comunidade, que “muitas carreiras estavam sendo construídas nas costas dos quilombolas”; 2) portanto é necessário a própria comunidade apropriar-se do saber elaborado sobre sua experiência, pois sabemos que o conhecimento produzido na academia tem uma relação de poder assimétrica em relação aqueles das pequenas comunidades e tende atuar de um modo a apropriar-se de maneira ilegítima das experiências coletadas, isto é, "que procedimentos aplicados no decorrer da pesquisa terão um efeito de apropriação, monopolização e rotulagem do saber popular descrevendo, sintetizando interpretando os seus sob formas especiais de apresentação que só interessam a quem dispõem do poder, seja ele real ou imaginário" (HAGUETTE, 1992, p.127). Este é precisamente o sentido da disputa política explicita-se, por exemplo, em torno da significação do termo quilombo, posto que sua significação instituirá direitos escritos em lei. Para responder a estas questões, ao menos no que diz respeito ao alcance do presente trabalho, optamos por tomar algumas precauções e também assumir alguns compromissos.

De início, quando do contato com o grupo social em questão, nos comprometemos que as entrevistas, todas transcritas em sua totalidade, serão disponibilizadas (a forma transcrita e a digital) apenas para o grupo, de forma que apenas este possa decidir quanto ao seu uso posterior, ficando a seu critério cede-los ou não para outros trabalhos. Outra questão se refere ao compromisso do autor em colaborar com a Coordenação Geral do Paiol de Telha no sentido de divulgar e apresentar o resultado final da monografia para o grupo de uma forma acessível ao seu conjunto.

É importante salientar ainda que, a par dos objetivos acadêmicos do presente trabalho, está também o de colaborar com o grupo fornecendo outros subsídios para interpretação de suas estratégias organizativas, aspectos educativos na luta pela construção de seus direitos. O presente trabalho não se esquivava, portanto, do compromisso político e intelectual do presente curso de Especialização em Educação do Campo. Não olvida também que, devido ao tema “quilombo” estar em voga dado uma conjuntura onde se explicita o fluxo (e visibilidade) dos conflitos envolvendo estas comunidades, uma série de carreiras acadêmicas e dentro do funcionalismo público se constrói, alicerçada no surgimento de “experts” no tema. Neste sentido, no que se refere aos limites de um trabalho acadêmico, cumpre-nos fazer uma análise que não escamoteie tais relações, explicitando a trajetória do autor e o contexto em que a pesquisa foi efetuada.

O início de meus estudos sobre a questão quilombola ocorreu a partir da função que exercia no Grupo de Trabalho Clóvis Moura e teve continuidade posteriormente durante minhas atividades no ITCG<sup>5</sup>.

A escolha do presente tema ocorreu após nós iniciarmos outro projeto de pesquisa que foi abandonado. A opção pelo presente tema se deu após contatos com lideranças do grupo Paiol de Telha e o Conselho de Anciões. A temática foi elencada tendo em vista vários debates no decorrer do Curso de Especialização em Educação do Campo. As questões dizem respeito, principalmente, a atual configuração do campesinato brasileiro, seu histórico, diversidade e desafios atuais. Neste sentido, a opção pelo tema (quilombolas) deu-se justamente pela relativa novidade deste no Paraná: em nosso Estado o reconhecimento oficial da existência de comunidades quilombolas ainda é recente bem como a pesquisa acadêmica: a primeira comunidade auto-identificada no Paraná tendo em vista os registros da Fundação Cultural Palmares, data de 2005; na biblioteca da UFPR, são escassas as obras sobre o tema no Paraná – no presente ano de 2007 constam apenas 1 tese de mestrado, 1 doutorado, e 1 monografia sobre o tema, a par disto, temos o conhecimento de 02 outras monografias e uma tese de doutorado (em curso) realizado sobre o tema antes do início de nossa pesquisa. Este número de obras é bem inferior, por exemplo, se levarmos

---

<sup>5</sup>Grupo de Trabalho criado pelo governo do Estado do Paraná com função de realizar o levantamento das comunidades negras rurais e urbanas e remanescentes de quilombo no Paraná. O grupo foi criado em 2005. Estive ligado ao Grupo entre março de 2006 e junho de 2007, período em que passei a trabalhar no Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG), vinculado a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, momento em que se realizou o trabalho de campo da monografia.

em consideração outros sujeitos do campo como MST, bóias-frias, sindicalismo rural ou o campesinato imigrante europeu no Paraná ou mesmo trabalhos referentes aos povos indígenas.

Tendo em vista as reflexões acerca da pesquisa participante propostas por HAGUETTE em “Metodologias qualitativas na Sociologia”, nosso trabalho de investigação se deu a partir de duas etapas articuladas: “o conhecimento de fora e o conhecimento de dentro”, onde “primeiro é chamado de ‘modo de aproximação’, e o segundo de ‘conhecimento através da ação’” (BONILHA et. al. apud. HAGUETTE, 1992, p.165 grifos da autora). Sendo que, para autora:

- a. O conhecimento “de fora” refere-se, ao levantamento de toda uma série de informações, dados, registros e contatos efetuados para se preparar à pesquisa;
- b. O conhecimento “de dentro” refere-se a:
  - “a) análise da estrutura de classes da região; b) a captação dos temas e enfoques prioritários, através, dos grupos-chave, de acordo com seu nível de consciência ou da ação; c) a busca das raízes históricas das contradições que dinamizam a luta de classes da região; d) a devolução a esses setores ou grupos-chave, dos resultados da investigação, com vistas a atingirem maior clareza eficácia em sua ação” (BONILHA et. al., apud. HAGUETTE, 1992 p.169).

Ações e etapas que, para seu sucesso, dependem de uma relação na qual o pesquisador esteja envolvido e em “relações políticas que expressam seu compromisso com a causa dos grupos sociais identificados como 'chaves’” (BONILHA et. al., apud. HAGUETTE, 1992, p. 167). Mesmo não tendo sido seguidas estas fases em uma ordenação cronológica – algumas etapas ocorreram simultaneamente, outras foram alternadas –, acreditamos que, no geral a pesquisa seguiu em larga medida o que foi proposto pela autora.

### **2.1.1 O olhar no meio envolvente.**

O conhecimento inicial em relação ao referido grupo deu-se, a partir de um vídeo sobre a comunidade e notícias de jornais ainda no período em que atuava na rede pública de ensino, posteriormente, no período que trabalhava no GT Clóvis Moura tomamos contato com a obra “O Sangue e o Espírito dos Antepassados” da antropóloga Miriam Hartung e a

monografia “Estudo da Realidade Brasileira a partir dos grandes pensadores, para entender a história da expropriação da terra dos índios, negros e posseiros na região centro do Paraná”, de Dionísio Vandrensen, agente da Comissão Pastoral da Terra de Guarapuava. É importante ressaltar que o livro de Hartung, era a única obra até então disponível (de fácil acesso, pois se tratava de um livro da Edufsc, a venda pela internet e existente na biblioteca do Setor de Ciências Humanas da UFPR) sobre o tema das comunidades negras no Paraná. Posteriormente, tomamos conhecimento de outros trabalhos acadêmicos: “Campina dos Morenos: um quilombo preservado”, monografia de Alecsandra Portella, “Comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural no Paraná” de Miriam Hartung. Simultaneamente, devido à natureza do trabalho que realizava como funcionário público, mantivemos contatos constantes com representantes do grupo social e, posteriormente, com integrantes da Pastoral da Terra de Guarapuava, que atuava, há mais de quinze anos como apoiadores do processo organizativo do grupo (HARTUNG, 2004, VANDRESEN, 2004 e Caderno de Campo). Este foi o momento em que selecionamos definitivamente o tema e demos início ao trabalho. Desta forma acreditamos ter cumprido, em parte, as seguintes etapas:

“a) conhecimento da área através de dados secundários;b) a inspeção ou reconhecimento da área (visitas aos centros de trabalho, consultas e instituições, conversas com profissionais, visitas a sindicatos e cooperativas, entrevistas com sacerdotes); c) a identificação das classes, grupos sociais ou pessoas da região que sejam simpáticos à proposta e que possam vir a ser seus aliados” (BONILHA et. al., apud. HAGUETTE, p. 1992, p.165)

Consideramos, os contatos com agentes de apoio, o item “b”, não foi totalmente aprofundado pois não realizamos entrevistas com seus agentes, apenas conversas informais. Embora tenhamos realizado visitas as diferentes localidades em torno das quais o grupo se organiza (grupos do Barranco, de Pinhão, Guarapuava e do Assentamento), nos dias das oficinas de Cartografia Social, conforme descreveremos abaixo, as visitas não foram prévias, mas sim no momento do trabalho. Esta foi uma imposição resultante da impossibilidade logística do pesquisador deslocar-se por conta própria para tais visitas, aliado ao fato que, devido ao trabalho que este realizava, deveria estar presente nas referidas oficinas.

As entrevistas que realizamos ocorreram durante os períodos de intervalo destas oficinas. Em geral no intervalo entre o almoço – sempre coletivo – e o reinício das atividades da tarde e também à noite, após o jantar. Nesse sentido, acredito que o momento

das oficinas atuou como “mediador” do processo. As oficinas eram um momento especial da atuação da Coordenação dos Mais Novos, pois eram os responsáveis pela realização das oficinas. Foram os membros da Coordenação dos Mais Novos, salvo uma exceção, os entrevistados, sendo que realizamos também uma entrevista com uma representante do Conselho de Anciões, além de diversas conversas informais. Neste momento nos utilizamos os conceitos de mediação, para compreender o papel exercido tanto pela Coordenação dos Mais Novos, como pelo momento das oficinas. A participação nestas atividades e o estudo prévio do referencial bibliográfico sobre o grupo social forneceram ricos elementos para que conseguíssemos atingir outros quesitos da pesquisa participante, a saber:

“(d) averiguar a existência de grupos políticos e suas formas de pressão e controle sobre os grupos organizados e suas realizações; e) a tentativa de uma análise primária e provisória das classes e da história e natureza de seus conflitos, com base no modelo de produção predominante, as relações de produção e troca existentes; f) a identificação do tipo e natureza das lutas registradas na região ou promovidas no passado” (BONILHA et. al., apud HAGUETTE, 1992, p.169)

Temas estes que serão apresentados no item que trata do histórico dos quilombolas de Paiol de Telha, mas que, em geral dizem respeito a enfrentamentos com grandes proprietários de terra, representantes do poder político local, a Cooperativa Agrária no período explicitado. No que se refere aos conflitos do passado, apontamos aqueles relacionados à escravidão, ao Contestado, e a expropriação das terras ancestrais. Dando prosseguimento à abordagem metodológica sugerida por HAGUETTE procuramos também prover

“(g) a análise dos planos de desenvolvimento socioeconômico; h) um inventário das formas de controle social diretas ou indiretas pelo sistema vigente; i) um estudo das características culturais e étnicas da região, identificando os elementos que parecem ter desempenhado um papel relevante nas lutas sociais e reivindicatórias” (BONILHA et. al., apud HAGUETTE, 1992, p.168).

Em relação a estes pontos, os que mais aprofundamos dizem respeito ao item “i”, sendo que os itens “g” e “h” foram tratados de forma subsidiária. Estes dois últimos itens apareceram também no momento que tratamos do histórico do grupo social, retratado a partir dos conflitos envolvendo interesses do capital, em geral referendados pela ação estatal. A partir destas observações e de leituras anteriores, decidimos usar os conceitos de “campesinato” e “campesinato negro” aplicados à história do Paraná, dos quilombos e, em especial, ao Paiol de Telha. Procuramos, à luz dos conflitos agrários ocorridos na região, compreender a trajetória da população negra rural com acesso permanente a terra. Esta investigação do contexto vincula-se também a escolha do instrumento de coleta de dados. O conhecimento

do meio envolvente está diretamente relacionado à qualidade da proposição do instrumento de pesquisa, das questões que o compõem. O desconhecimento sobre alguns “termos técnicos” (ou fatos) para se efetuar uma entrevista

“constitui uma impertinência. É especialmente importante ter familiaridade com termos técnicos [ou alguns fatos] e com seu uso correto. Começar a entrevistar qualquer especialista sem ter esse não apenas será uma perda de tempo, como também o pode levar a um encerramento mais ou menos polido da entrevista, depois de algumas observações gerais e algumas opiniões banais [...]. Constitui igual ‘impertinência’ submeter a interrogatório grande número de trabalhadores de uma comunidade ou indústria, sem primeiro se assegurar, na medida do possível, de que as perguntas são historicamente relevantes e estão corretamente formuladas para aquele contexto”(WEBB, B. apud THOMPSON, 2002, p.256).

## 2.2 O olhar sobre o contexto interno.

“Mas se o cenário aparece como representação para o analista, ele é vida para os atores, é parte de uma peça histórica que está sendo vivida e escrita coletivamente no ato, adquirindo sua expressão nas oposições existentes entre eles e nas circunstâncias mutáveis em que lutam. [...] Sentindo-se envolvido na trama, o analista se incorpora à peça. Descobre-se a si mesmo como ator e com paixão, raiva às vezes, passa a ser captado pela força das contradições de que está prenhe o campo.” (GRYZIBOWSKI, 1991, p.11)

Durante o período em que participamos das oficinas e realizamos as entrevistas procuramos criar relações que reforçassem e explicitassem o compromisso da presente pesquisa. Este compromisso, resultado de uma postura político-ideológica oriunda de uma trajetória de vida anterior foi reforçada durante curso de Especialização em Educação do Campo – período em que convivi com militantes de diversas entidades: do MMC, MST, MAB, CPT e ASSESOAR (Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Comissão Pastoral da Terra, Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural). Acredito que esta trajetória condicionou boa parte das preocupações do presente trabalho e facilitou o contato com a Coordenação do grupo social. Por outro lado, a função que ocupava no Estado levou-me a participar das referidas oficinas com a função de apreender, colaborar e ajudar na disseminação da proposta para outras organizações camponesas. Embora esta função de funcionário do Estado tenha um caráter nem sempre bem aceito pelos setores e

organizações populares, acreditamos que a receptividade do grupo social e a liberdade com que os entrevistados responderam as entrevistas estão mais vinculados à trajetória pessoal descrita acima. Trajetória que implica em uma tomada de posição que, em relação à metodologia, implicou em estar atento aos seguintes passos:

“a) análise da estrutura de classes da região; b) a captação dos temas e enfoques prioritários, através, dos grupos-chave, de acordo com seu nível de consciência ou da ação; c) a busca das raízes históricas das contradições que dinamizam a luta de classes da região; d) a devolução a esses setores ou grupos-chave, dos resultados da investigação, com vistas a atingirem maior clareza e eficácia em sua ação” (BONILHA et. al., apud HAGUETTE, 1992, p. 168).

Para atender estas sugestões nós procuramos, na revisão bibliográfica e no trabalho de campo, dar atenção especial aos itens “b”, “c” e “d”. Portanto efetuamos uma análise dos conflitos sociais envolvendo a população rural na região durante o século XX como item “c”; compromisso em fazer a devolução dos resultados da pesquisa de forma acessível ao grupo social; e, em relação ao item “b” o estudo do Conselho dos Anciões, posto que este se constituiu em uma instância importante para organização e coordenação das ações do grupo social. Tendo em vista tais questões, selecionamos 07 pessoas a serem entrevistadas, construímos um instrumento de coleta de dados (ver Apêndice) através de entrevistas (que foram gravadas e transcritas em sua totalidade) e, partir do material organizado, selecionamos os elementos mais significativos para as categorias de análise a qual objetivamos. A fundamentação teórica que subsidiou a confecção do instrumental de pesquisa seguiu as orientações de Paul Thompson “A voz do passado: história oral” que considera que a história, como instrumento de conhecimento do mundo, mas que também é um de um campo onde existem:

“acadêmicos que continuam fazendo história factual sobre problemas remotos evitando qualquer envolvimento com problemas interpretações mais amplas ou com questões contemporâneas, insistindo apenas na busca do conhecimento pelo conhecimento. Possuem algo em comum com o ameno turismo contemporâneo que excursiona pelo passado como se fosse um país estrangeiro para onde se evadir: uma herança de edifícios e paisagens tão ternamente apreciada que chega a ser quase desumanamente confortável, expurgada do sofrimento social, da crueldade e do conflito, a ponto de transformar em verdadeiro prazer o trabalho dos escravos numa fazenda. [...] No outro extremo, a finalidade social da história pode ser bastante espalhafatosa: utilizam-na para justificar a guerra e a dominação, a conquista territorial, a revolução ou a contra-revolução, o domínio de uma classe ou raça sobre a outra.” (THOMPSON, Paul, 2002, p.20-21).

Sendo que, segundo o autor, a história oral entra em uma posição de questionar a história acadêmica tradicional no sentido de fornecer novos elementos que, de certa forma, tiram do

marasmo, os historiadores acadêmicos ao trazerem o novo, que é justamente a voz dos que nunca estiveram presentes como autores(as) e/ou atores(as):

“a história oral implica, para a maioria dos tipos de história, uma certa mudança de enfoque. Assim, o historiador da educação, passa a preocupar-se com experiências dos alunos e estudantes, bem como os problemas dos professores e administradores. [...] Em alguns campos, a história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas importantes para a investigação”. (THOMPSON, Paul. 2002, p. 27).

É precisamente, dentro do sentido exposto acima que optamos pelo trabalho com entrevistas com integrantes do grupo quilombola.

Segundo Paul Thompson, o trabalho com a história oral é especialmente prolífico para “enfocar as raízes históricas de alguma preocupação contemporânea” pois expressa “muito bem a importância do estudo histórico para o meio ambiente imediato” (THOMPSON, 2002, p. 29) por propiciar voz aos que estão vivenciando o processo, desde sua interpretação. Retoma-se, também o fato de que, por uma série de questões, os quilombolas, não estarem representados (desde a questão étnica) nos movimentos sociais e/ou sindicatos rurais existentes no Paraná. Isto é, acreditamos que, devido a uma série de fatores – entre eles a ocorrência de preconceitos étnico-raciais dentro das organizações populares do campo (POLI, 1995) – levam que a presença de camponeses negros em seus quadros não se faça de forma que a opressão racial historicamente sofrida (ou a identidade étnica) seja caracterizada e/ou utilizada como instrumento de mobilização. O uso de entrevistas e a pesquisa deste tema torna visível experiências do cotidiano daqueles que não estão retratados. A possibilidade de que tais sujeitos tornem-se “visíveis” é uma das maiores contribuições da história oral. Acreditamos que, da mesma forma que, segundo Paul Thompson afirma que, devido às possibilidades da história oral, “historiadores do movimento operário, por exemplo, estão pela primeira vez capacitados a empreender estudos convincentes sobre a maioria não-sindicalizada dos operários, e sobre a experiência normal de trabalho e seu impacto sobre a família e a comunidade” (THOMPSON, 2002, p. 27), nós conseguimos, através da presente metodologia de coleta de dados, nos aproximar dos quilombolas do Paraná. O fato de que a população negra não estar presente no discurso oficial é também percebida pelos membros do grupo, que afirmam que “os negros era muito discriminado. [...] Só aparecia em jornal quando a polícia ia lá bater, surrar, pinchar eles lá da área” (Manoel Bilardo).

A exclusão e a presença africana eram silenciadas, sendo recorrente entre os governantes e intelectuais paranaenses, da década de 1950, a veiculação do discurso de que o Paraná “era uma grande oficina de progresso” porque “a própria origem do povo paranaense estava articulada ao trabalho e a dedicação. Esse discurso partia da premissa de que o Paraná havia recebido uma influencia maior, e portanto melhor, dos imigrantes, com pouca interferência dos negros e indígenas” (BRAZ, 1992, apud COUTO, 2002, p.233). Característica esta que, era desmentida pelas fontes documentais (SANTOS, 1973), e ainda subsiste no discurso oficial no início do século XXI. Tendo em vista este silenciamento (produzido pela ideologia dominante) a “possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas” tem, na história oral, um valor intrínseco, posto que, ela “trata de vidas individuais – e todas as vidas são interessantes. E baseia-se na fala, e não na habilidade da escrita, muito mais restritiva. [...] Com elas se apreende algo mais do que o simples conteúdo. As gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais” (THOMPSON 2002, p. 41).

Ao escolhermos algumas das orientações teóricas da história oral, buscamos facilitar a identificação da herança e contribuição da presença africana e afro-brasileira na construção do Paraná. Esta opção facilitou a captação das percepções e visões de mundo de quilombolas e constituiu, neste sentido, uma estratégia importante, pois a

“história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isso alarga o campo da ação. [...] Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece aos meios para uma transformação radical do meio social da história.” (THOMPSON, Paul. 2002, p. 43)

O tópico de investigação por nós escolhido foi o papel educativo do Conselho de Anciões na luta por direitos no grupo social Paiol de Telha desde a interpretação dos participantes das atividades político-organizativas do grupo. O problema central é discutir e debater o que há de educativo na participação dos “Mais Velhos”, o Conselho de Anciões, enfim, a ancestralidade. Daí necessidade de uma abordagem teórica que se trata de “vidas individuais”. Porém, conforme salientamos acima, acreditamos que a história “não deve apenas confortar; deve apresentar um desafio, e uma compreensão que ajude no sentido da mudança. Tem que abarcar complexidades do conflito. [...] O que se requer é uma história que leve a ação; não para confirmar, mas para mudar o mundo” (THOMPSON, Paul. 2002, p. 43). Para conseguirmos este objetivo – uma representação dinâmica, não estática, do

grupo social – buscamos, a partir das orientações teórico-metodológicas da história oral (e também da pesquisa participante) “ir além das generalizações estereotipadas ou evasivas” (THOMPSON, Paul. 2002, p.261).

As entrevistas foram realizadas no mês de outubro e novembro de 2007 nos municípios de Guarapuava, Pinhão e Reserva do Iguaçu, com sete membros (homens e mulheres) entre 34 e 55 anos, moradores(as) da zona urbana e rural e que tinham um participação ativa nas atividades da Coordenação e do Conselho de Anciões. Os entrevistados(as) selecionados compõem, em sua maioria, as diferentes coordenações que tem função de dirigir e programar as atividades político-organizativas do grupo. As entrevistas foram efetuadas a partir de um questionário semi-estruturado, gravadas e transcritas.

O critério para seleção das pessoas a serem entrevistadas seguiu as seguintes orientações: ter participado de, pelo menos 50% das atividades do Conselho de Anciões e/ou reuniões de caráter político organizativo dos quilombolas (gerais ou de sua localidade); gênero; estar integrado a uma das representações de cada localidade. Estes critérios acabaram por levar-nos a entrevistar membros da Coordenação dos Mais Novos. Desta forma selecionamos nove entrevistados(as). A par destes critérios, durante as entrevistas apareceram outras questões no grupo de entrevistados: ocupação atual, ter ou não residido nas terras ancestrais antes da expulsão.

Nas entrevistas, buscávamos registrar como os(as) informantes enxergavam o tema, a partir da interpretação, do “modo como fala sobre ela, como a ordena, a que dá destaque, o que deixa de lado, as palavras que escolhe, é que são importantes para a compreensão de qualquer entrevista” (WEBB, B. apud THOMPSON, p.256-257). Para tanto, evitamos, perguntas diretas e a manifestação de nossa posição sobre os temas da entrevista. (THOMPSON, Paul. 2002, p.261). A par da transcrição (total) das entrevistas, foram anotadas durante a gravações, uma série de observações que, posteriormente, foram agregadas para a interpretação dos depoimentos (THOMPSON, 2002, p.283), que duraram entre 25 e 90 minutos.

O resultado das transcrições, é importante esclarecer, conserva, na medida do que nos foi possível captar, a forma original de expressão do autor (entrevistada, entrevistado), pois como ressalta THOMPSON (2002, p.296), é importante “conservar a textura da fala. [...]

indicar uma ênfase inesperada, e a pontuação, para unir as frases e não para separá-las. A sintaxe é aceita; e mantidas as lacunas do trecho”.

Na “ordenação” serão hierarquizados e organizados as entrevistas e fontes escritas a partir da presença dos elementos a serem analisados que serão “classificados” conforme a presença e explicitação dos elementos a serem estudados. Na última fase, a “análise propriamente dita” abordamos e problematizamos as significações contidas nas entrevistas e documentos selecionados. Neste sentido, dentro dos limites supracitados do trabalho de campo, formulamos o instrumento de coleta de dados. A par destes questionários agregamos nosso Caderno de Campo. Neste caderno constam anotações efetuadas durante as oficinas e aquelas que registramos durante as entrevistas. Foi a partir deste material que retiramos as categorias chaves para construção da presente monografia.

### **2.2.1 Conceitos de análise interpretativa.**

Seguindo as orientações de Paul Thompson, o que construímos até agora foi uma forma de construir uma explicação a partir da história (das lutas camponesas no Paraná) que melhor levassem a compreensão da existência de comunidades quilombolas no estado. A partir deste quadro (a inserção de grupos camponeses negros autônomos) apresentamos a existência de um “saber social” e um “princípio educativo” desde a ação e do conhecimento dos Mais Velhos, explicitado no Conselho de Anciões. Estes dois instrumentos (“saber social” e “princípio educativo”) estão entre os principais objetos em torno dos quais o grupo social encontra uma explicação para sua existência, um liame para a permanência enquanto grupo (pois subsidia a identidade), isto é, ajuda a compreender a história do grupo e sua ligação com a sociedade em geral. E, enfim, nas palavras de Paul Thompson, ajuda a “fazer para que história ganhe sentido” a partir justamente da “evidência oral” colabora na “construção da história do futuro” (THOMPSON, Paul, 2002, p.299). Esta reflexão para nós é importante posto que, a partir da interpretação das entrevistas, nós podemos captar questões centrais no que diz respeito à cultura camponesa. Desde o início do presente trabalho nós temos defendido a hipótese de que existem, fundamentalmente, duas propostas

de pedagógicas no mundo contemporâneo. Uma articulada desde o capital e sua expressão agrária, o agronegócio, e outra concepção, de caráter emancipador, presente nas classes trabalhadoras e que, no rural, tem sua expressão nas formas tradicionais de organizar a produção e os outros momentos da vida social comunitária entre os camponeses. Atualmente, acreditamos, que a sua expressão mais avançada está nos processos de gestão dos movimentos sociais populares (CALDART, 2004). Para melhor explicar nossas hipóteses, trabalharemos com MAKARENKO, DAMASCENO e KUENZER que nos fornecerão os conceitos-chave (instrumentais) a partir dos quais analisaremos o material levantado.

De início salientamos que, em nossa compreensão, o Conselho de Anciões traz muitas concepções que remontam ao modo de vida camponês, isto porque, a maioria da parte de sua vida exerceram ofícios rurais vinculados ao trabalho autônomo na terra e também a ser este a sua perspectiva de sociedade que consideram mais adaptada para sua reprodução enquanto indivíduos e grupo social como veremos abaixo. Segundo a antropóloga Ilka Boaventura Leite (autora de uma série de trabalhos sobre comunidades quilombolas no sul do Brasil e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas UFSC, uma das colaboradoras na criação do texto o Decreto Lei federal 4887/03), as comunidades quilombolas têm uma ligação radical com a terra, é o acesso a esta que

“propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, inclusive não tem com ela uma dependência exclusiva. Tanto é assim que temos hoje inúmeros exemplos de grupos que perderam a terra e insistem em manter-se como grupo, como o caso do Paiol de Telha, no Paraná. Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à herança, baseada no parentesco; à história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo”(LEITE, s/d.).

De fato, a permanência do grupo decorrida décadas da expulsão do território, sua contínua organização e luta em busca do retorno da terra tem caracterizado o grupo. Para nós aqui se trata, precisamente, de captar, dentre os elementos citados, quais as percepções e interpretações atribuídas pelos entrevistados em relação á: a) Qual o princípio educativo trazido pelos “mais velhos” na formação humana dentro das instâncias organizativas do grupo? Para tanto, utilizamos conceitos como “saber social” e “princípio educativo” para

captar aos ensinamentos dos Mais Velhos, e a ação do Conselho de Anciões na perspectiva dos entrevistados(as).

### **2.3 Conceitos de “ancestralidade”, “sujeito histórico”, “princípio educativo” e “saber social” como instrumento para compreender as práticas sociais do Conselho de Anciões.**

Como dissemos anteriormente, o grupo Paiol de Telha, tem sua identidade relacionada à herança, baseada no parentesco, na história e na “memória coletiva”. Estes elementos possibilitam a manutenção por séculos da unidade do grupo, seja em casos como Palmares e o quilombo de Campo Grande (Minas Gerais), durante os séculos XVII e XVIII, ou no Paraná, nos séculos XIX e XX (o quilombo de João Surá, iniciou-se por volta de 1807). Tendo em vista a permanência destes grupos com uma identidade cultural e territorial tão longa, a marca da ancestralidade é central. São principalmente as relações com os ancestrais que mantêm os grupos unidos. Como salienta CARRIL (2002), contemporaneamente não se trata somente de “ser negro, mas pertencer a um grupo antigo, a uma ancestralidade”, em um contexto diferente daquele da escravidão (ou das décadas posteriores), “positivando um passado de lutas que retorna para que esses grupos possam encontrar um lugar novo na sociedade” o que só tornou-se “possível através da materialização de sua história e cultura vinculadas ao território”. A ancestralidade engendra a base imaginária destes grupos que remete “à satisfação de suas necessidades mútuas, que incluem o simbólico, tradições e sobrevivências culturais”. É o que dá sentido de “continuidade” à comunidade, mesclando “território e cultura”.

Compreendemos a ancestralidade, portanto, como a forma de a comunidade preservar e cultivar sua identidade a partir de suas tradições, sobrevivências culturais, do simbólico, o que garante que o grupo como um todo busque a satisfação das suas necessidades mútuas. A luta em torno de direitos historicamente negados (étnicos e territoriais, neste caso) leva a retomada da memória. Há uma posituação da identidade negra, este fenômeno possibilitou aos membros do grupo “encontrar um lugar novo na sociedade”.

Aqui, acreditamos que a ancestralidade pode ser articulada ao conceito de “sujeito histórico” de MAKARENKO para compreensão do papel educativo dado aos ancestrais. MAKARENKO, afirmou que a educação dos membros de uma coletividade não é apenas tarefa de uma personalidade (paterna ou materna) e nem mesmo somente do grupo familiar (MAKARENKO, 1976, p. 18-9). Isto ocorre por que todos os espaços onde o indivíduo circula têm aspectos pedagógicos, educativos, do que resulta que é impossível uma vigilância total dos pais ou da família. A possibilidade de uma educação mais saudável reside, portanto, na interação social do grupo, na participação ativa dos pais nos rumos da sociedade, pois caso os pais sejam membros ativos da sociedade, esta eleva seu nível e, os pais tornam-se melhores educadores porque também são reeducados pela participação social. Ou seja, da mesma forma que o educador de ofício, os pais também não podem existir “fora do contexto de sua atividade cívica” (MAKARENKO, 1976, p. 24). Julgamos que, no que se refere às comunidades quilombolas, este é o papel desempenhado pela ancestralidade: nas atividades produtivas – o uso comum da terra apontado por CARRIL (2002); a solidariedade e a reciprocidade, apontados por HARTUNG (2004). O fato de que as devoções (rituais religiosos) e as festividades tivessem como organizadores os mais velhos, demonstra que espaços do trabalho, da religiosidade e do lúdico tinham uma intencionalidade que era definida tendo em vista o saber e a experiência dos mais velhos (que por sua vez remetiam-se aos ancestrais). Não apenas as crianças encontravam nestes espaços o momento de viver a educação não formal, mas também os adultos. Neste sentido, tomando por referência MAKARENKO, constatamos que a educação não se dava apenas através de discursos, mas fundamentalmente através do exemplo – o educador não está acima da sociedade e, para mudar a educação, o educador também deve ser educado. Simultaneamente ao trabalho prático, produtivo, havia também a preocupação em dar intencionalidade ao “trabalho cultural” que deveria possuir os seguintes pré-requisitos:

“Primeiro, é preciso organizar a própria alegria, fazê-la viver e convertê-la em realidade. Em segundo lugar, é necessário ir transformando insistentemente os tipos mais simples de alegria em tipos mais complexos e humanamente significativos. Aqui existe uma linha muito interessante: da satisfação mais simples até ao mais profundo sentido de dever. [...] Educar um ser humano significa formar nele capacidades para que possa escolher vias com perspectivas. A metodologia desse processo consiste em organizar novas perspectivas, utilizar as existentes, em colocar, pouco a pouco, outras mais elevadas. [...] Finalmente, a nossa tarefa consiste também em conjugar as perspectivas pessoais e coletivas de maneira que o nosso educando não sinta nenhuma contradição entre elas.” (MAKARENKO, mimeo s/d, p.14).

É neste processo que se dá gênese do sujeito histórico: ele é criado a partir de condições objetivas de existência do grupo social, da família e da sociedade em que vive. Há, portanto, uma diferenciação radical entre a educação não formal propiciada pelo que preconiza a família burguesa e a família proletária, camponesa, negra (e, no caso, quilombola), pois estão inseridas em relações sociais opostas. Esta constatação é ainda mais radical se tomarmos o caso por nós analisado: um grupo quilombola em processo de luta pela recomposição do território. Mesmo se considerarmos que os processos educativos não formais existentes no grupo social não estavam destituídos de contradições, eles eram, radicalmente diferentes do existente na sociedade envolvente, marcada pelo clientelismo e mandonismo, característico do meio rural brasileiro, do qual o Paraná não escapa (OLIVEIRA, Ricardo, 2001).

Tomando outra categoria constitutiva da experiência pedagógica de MAKARENKO, apontamos que havia também no grupo quilombola aquilo que o autor chamou de “orgulho de amor pela sua instituição” (comunidade quilombola), criando um

“sentido de dignidade [que] surge nos educandos só quando a instituição, a sua vida e o trabalho, em medida considerável, se baseiam na responsabilidade da coletividade compartilhada com o pessoal dirigente. Se a organização e o estado de coisas na instituição são objeto de atenção geral e de esforços gerais de toda a coletividade, então cada êxito, por muito insignificante que seja, originará um sentido de dignidade” (MAKARENKO, mimeo s/d, p.9).

Este caráter podia ser percebido nas devoções religiosas. Havia várias justificações para as devoções (forma das pessoas estarem mutuamente comprometidas no cuidado do grupo). Este processo educativo era bem diferenciado na pedagogia existente na sociedade envolvente. As relações sociais e de trabalho existentes estavam relacionadas à disciplinarização do trabalhador para o capital, criando “processos pedagógicos” que submetiam e socializavam “trabalhadores na escola e nas relações sociais e produtivas” (KUENZER, 1998, p.57), uma pedagogia do capital, ou, no caso, do latifúndio (expressão do capital no meio rural na época).

Para compreendermos o conceito de princípio educativo recorreremos a KUENZER, que se refere ao trabalho como fundamento do conhecimento humano:

“concepção de trabalho em geral enquanto práxis humana, material e não material, que objetiva a criação das condições de existência, e que portanto não se encerra na produção de mercadorias, e a concepção de trabalho para produzir mais-valia, forma histórica que assume no modo de produção capitalista. A partir desta concepção de trabalho passou-se a trabalhar com a categoria princípio educativo, compreendida enquanto proposta pedagógica determinada pelas bases materiais de produção em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas,

para formar os intelectuais necessários ao desenvolvimento das funções essenciais decorrentes das formas históricas de divisão social e técnica do trabalho.” (KUENZER, 1998, p.55).

Aqui a autora aponta a centralidade da práxis, afirmando que é “na prática que o homem deve demonstrar a veracidade do seu pensamento; a discussão sobre a realidade do pensamento isolada de seu caráter prático é um problema puramente escolástico, próprio dos filósofos que se propõem contemplar a realidade sem transformá-la” (KUENZER, 1998, p.57). É a partir da experiência que os membros do sujeito histórico (quilombolas de Paiol de Telha), ao longo do tempo produziram sua existência. Esta foi marcada, como demonstraremos a seguir, pela construção de formas de organizar o trabalho, a cultura, a religiosidade etc.

Nas palavras dos membros da Coordenação dos Mais Novos isto é bastante claro, pois os Mais Velhos “sabem por que viveram” e com sua presença o grupo como um todo irá “errá menos”. O conhecimento produzido ao longo das contradições vividas pelo grupo na história como camponeses negros e também no processo de luta pelo território forneceu “os necessários elementos para a compreensão e intervenção na realidade” (KUENZER, 1998, p.57). O grupo, a partir de sua ação na história – com “intencionalidade própria” – integrou-se internamente por um “sentido de objetivo subjetivo”: construiu sua visão de mundo, suas explicações e história, enfim sua identidade. Visto isto, caracterizou-se um princípio educativo. O princípio educativo é a manifestação da ancestralidade do sujeito histórico em seus vários aspectos: nas devoções religiosas, na organização do trabalho, na educação familiar e na luta pela preservação do território. Estas manifestações se expressam na produção do conhecimento, do saber socialmente construído pelo grupo.

Para compreendermos o saber social nos utilizamos das reflexões de DAMASCENO, segundo a qual este é o “saber básico que os integrantes de um determinado grupo social necessitam para participar de seu ambiente, qualificando-se por ser um saber prático (em termos técnico, político, religioso, etc.), mediante o qual o sujeito interfere na vida cotidiana” (DAMASCENO, 1992 p.36-7). É um saber construído pela classe que possui três dimensões:

“1) é produzido coletivamente no processo de trabalho, nas relações de trabalho, na prática organizativa e política, sendo então apropriados pelos camponeses; 2) É um saber hierarquizado pela prática social do grupo, ou seja, em função das prioridades da vida real, da luta cotidiana; desse modo, a hierarquização pode variar de um grupo social para outro, caracterizando-o como um saber dinâmico, vivo, que se modifica em decorrência das mudanças históricas que ocorrem na

agricultura e nas lutas sociais que têm lugar no campo; 3) Finalmente, a força deste saber reside em ser instrumento da prática social, permitindo ao grupo inserir-se em determinadas relações econômicas, políticas e culturais. Trata-se de um instrumento mediante no qual o grupo participa, integrando-se e/ou opondo-se, resistindo, lutando no contexto das referidas relações” (DAMASCENO, 1992, p.38).

## 2.4 Quilombo: um conceito em disputa<sup>6</sup>.

“O eco de suas vozes revela hoje, uma exclusão da história [...]. Suas vozes são o signo da intromissão no espaço da realidade daquilo que é novo, não porque inédito, mas sim por ser sempre suprimido a cada vez que se revela.” (DE DECCA. Data, p.34-5)

Segundo Clóvis Moura a primeira referência a quilombo em documentos oficiais portugueses data de 1559, mas só em 1740 o Conselho Ultramarino, define-o como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (MOURA, 1981, p. 16). Essa definição, produzida pelas autoridades portuguesas para referirem-se aos agrupamentos negros livre do domínio colonial que se proliferaram após a campanha de destruição do quilombo de Palmares no século XVII e é, talvez, uma das mais difundidas.

Em contraponto a definição portuguesa existem uma série de estudos que procuram recuperar os sentidos atribuídos ao termo desde sua origem africana. Ney Lopes (1988), além de apontar que o étimo é originário do *quibundo*, afirma que é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos. Além de Ney Lopes, autores como David Birgham (1974), Beatriz Nascimento (1994) e Kabengele Munanga ao caracterizarem quilombo como instituição africana nos oferecem elementos para traçarmos relações de continuidade entre essa instituição e o quilombo brasileiro que surge no período e que tem em Palmares seu exemplo mais significativo.

Em termos de historiografia, nas últimas décadas estudos procuraram dar mais atenção aos escravizados e negros livres como sujeitos de sua própria história. Buscou-se analisar a lógica interna dos quilombos, como se organizavam, o que pensavam e como percebiam o que acontecia ao seu redor. Palmares deixa de ser tomado como quilombo

---

<sup>6</sup> O presente texto é fruto de trechos do texto “Quilombos: referencia de resistência e luta pela terra no Paraná” de anterior, SALLES, Jefferson de Oliveira, et. al.. 2006.

referência para os estudos dessa temática, já que se percebeu que a composição destas comunidades de fugitivos era complexa e variava de região para região, de acordo com as possibilidades locais que muitas vezes não propiciavam a reprodução de quilombos com a mesma dimensão. Houve também uma relativização da idéia do isolamento total das comunidades quilombolas sob o escravismo, já que diversos estudos revelaram que elas costumavam manter estreitas relações com as comunidades de senzala, comerciantes e populares em geral, no que se chamou de quilombos relacionais ou sistêmicos, ou seja, contestação da idéia de quilombo como “sobrevivência africana”, mas sim como produto da inter-relação de africanos, crioulos, escravidão e outros grupos. Um caso interessante foi o Quilombo do Leblon, situado na cidade do Rio de Janeiro nos anos finais do escravismo. Este era um quilombo especializado na produção de camélias, flor símbolo do movimento abolicionista, e contava com a proteção de personalidades de destaque da sociedade carioca, inclusive da própria Princesa Izabel (SILVA, 2003).

## **2.5 Ruralistas e quilombos.**

Contemporaneamente, o debate em torno do significado do termo quilombo tem adquirido uma visibilidade enorme. Na constituinte de 1988 os artigos 215 e 216 abriram à possibilidade de regularização de terras de comunidades remanescentes de quilombos. Através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, ficou estipulado que “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Este foi um momento fundamental na ressemantização sofrida pelo termo quilombo. As comunidades negras rurais, que neste momento começavam a adquirir mais visibilidade, começam a emergir como “remanescentes de quilombos”.

Neste momento e em décadas posteriores irá haver um embate entre comunidades quilombolas, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e o movimento negro organizado de um lado e setores vinculados a grandes proprietários de terras e ONGs

preservacionistas alegavam que quilombos eram somente comunidades formadas durante o período escravista pela ocupação de terras remotas através da fuga e que tivessem permanecidos como tais. Este grupo é radicalmente contrário que terras havidas por escravos e descendentes através de compra ou doação dos antigos senhores (grande parte da realidade das comunidades que atualmente buscam ser reconhecidas como remanescentes) – não devam ser beneficiadas pela nova legislação.

Enquanto isso, os movimentos sociais e a ABA defendiam a idéia de que aquelas comunidades negras que acessaram a terra, seja por doação, compra ou ocupação de áreas devolutas, podem e devem ter suas terras reconhecidas e regularizadas. Esta disputa que se iniciou nos primórdios da Constituinte de 1988, passou pela tentativa de sustar o decreto 4887/03 através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN nº. 3.239 – 24/06/2003) impetrada pelo PFL (atual DEM) junto ao Supremo Tribunal Federal, o que foi negado em 2007. Posteriormente, em uma conjuntura em que várias reportagens da mídia corporativa denunciou a “indústria de quilombos” (os jornais e revistas que publicaram editoriais em contrários ao Decreto 4887/03, são O Estado de São Paulo, Isto É e O Globo, sendo que também o Jornal Nacional da rede Globo realizou reportagens contrárias aos interesses das comunidades quilombolas, para detalhes ver o sitio [www.koinoima.org.br](http://www.koinoima.org.br), item “Dossiê Anti-quilombola”). Paralelamente a este movimento no Congresso e na grande mídia, é importante destacar a atuação do Movimento Paz no Campo, fundado pelo deputado federal Valdir Colatto, PMDB-SC, da bancada ruralista (no sitio [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br) constam boletins sobre a composição e atuação dos ruralistas no Congresso), que congregou várias manifestações contrárias às comunidades quilombolas. Sobre o movimento Paz no Campo uma curiosidade, este editou duas obras: “A Revolução Quilombola” e “Trabalho escravo: nova arma contra a propriedade privada no Brasil”, sendo que seu assessor jurídico esta na lista de autores da TFP. Impossível, portanto, discutir-se a questão quilombola divorciada da questão fundiária, política e racial, como veremos abaixo.

Apesar da dificuldade de definição e da discussão acadêmica e política que permeia o tema, quilombo, defendemos que, no contexto do Brasil atual, este pode ser definido como reduto de resistência e acolhimento constituído com base em critérios de etnicidade e parentesco, e ainda com critérios próprios de pertencimento em que seus componentes reconheçam presunção de vínculo com o período escravista (LEITE, s/d). Como

consequência, abarca territorialidades negras constituídas não só por fuga e ocupação de áreas remotas e isoladas, mas também terras compradas por ex-escravos, recebidas por doação. Entende-se que áreas adquiridas dessa forma também foram resultado da resistência dos escravizados frente ao sistema escravista que, mesmo após sua desarticulação, não promoveu mecanismos de inclusão social aos ex-escravos e seus descendentes, pelo contrário, como demonstra a bibliografia disponível, a sociedade nacional promoveu a expulsão sistemática de comunidades negras que conseguiram ter acesso à terra, mesmo via compra ou herança.

O quadro acima descrito existe em toda a nação há várias décadas, porém ao se conquistar políticas públicas (cotas etc.) e de garantia de acesso a terra, assumir a identidade de negra/o adquire novo caráter, uma vez que se luta pela terra (ou por cidadania) não “apenas” como herdeiro, proprietário legal e/ou posseiro, mas como camponeses quilombolas negro(as), pois este é o caráter do Decreto Lei 4.887/03, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 68 etc. Constatamos, portanto, que as identidades étnicas são produzidas dentro das relações históricas sendo, objeto de disputas ideológicas e políticas (quilombo já foi tido pelo Estado como lugar de marginais, hoje é um território que institui direitos). Estes aspectos étnicos, observados desde a luta de classes no campo, tendem a unificar, politicamente, interesses de sujeitos sociais investidos de novas identidades na luta pela terra e pertencimento étnico-racial, como povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros etc. (ALMEIDA, 2006). Esta característica se revelou na seguinte conjuntura: a união de interesses de várias comunidades quilombolas com o movimento negro, com outros movimentos camponeses, a existência de organizações quilombolas nacionais como a ACONERUQ e a CONAQ (Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). A realidade desta aliança e a força das comunidades quilombolas têm se expressado no fato de que a titulação e reconhecimento de suas terras tornaram-se o segundo item da “Carta da Terra” (elaborada em 2003 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo unindo 44 organizações envolvidas na luta pela terra) e também pauta da Carta da VI Jornada de Agroecologia do Paraná em 2006<sup>7</sup>. O

---

<sup>7</sup>Este Fórum constrói uma pauta unificada para os camponeses. Entre os signatários estão o MST, CONTAG, CPT CNBB, MPA, MAB, Fetraf-Sul/CUT, ABONG, etc. A Jornada de Agroecologia reuniu seis mil camponeses em Cascavel em 2006. Desta carta foram signatários ongs, movimentos sociais, representantes de

reverso desta articulação tem se verificado no aumento de conflitos de terra envolvendo as comunidades remanescentes, principalmente com setores ligados ao agronegócio – como por exemplo da monocultura do pinus e pecuária extensiva gerando atritos no tanto em quilombos do Vale do Ribeira como em áreas quilombolas no Espírito Santo (sitio [www.cedefes.org.br](http://www.cedefes.org.br), [www.racismoambiental.org.br](http://www.racismoambiental.org.br)). Percebe-se que o campo de luta esta claramente demarcado e que estamos mais uma vez no limite entre ações progressistas e reificadoras da ordem: o nosso país foi o último do continente a proibir a escravidão e também foi o último a reconhecer legalmente o direito às terras tradicionais de remanescentes de quilombos através da assinatura da Convenção 169 da OIT (ALMEIDA, 2006).

Tendo em vista este quadro, no qual se insere a temática atualmente, passemos ao recorte da questão regional.

## 3 CAPÍTULO II: NOTAS PARA A PRESENÇA AFRODESCENDENTE E A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ.

### 3.1 O escravismo no Paraná do século XIX.

A origem do problema agrário do atual território nacional situa-se na implantação do regime de escravidão como elemento constitutivo do Antigo Sistema Colonial que, por seu turno insere-se no processo de formação e expansão do capitalismo na Europa:

“o escravismo moderno floresceu com a expansão do capital mercantil e foi um dos fatores da acumulação capitalista, que transformou profundamente as relações econômicas viabilizando o surgimento da produção capitalista. A escravidão moderna foi fruto do mercado” (MARTINS, J. de S. p. 163-164).

O objetivo do escravismo moderno foi suprir de mão de obra a exploração do Novo Mundo e, ao mesmo tempo, favorecer as principais economias mercantis européias, segundo gerava-se uma economia mundial onde a

“preservação do tráfico de escravos implicava, obviamente, na manutenção da escravidão que, por sua vez, tinha sua existência no sistema de exploração colonial. E o produto desse tipo de exploração visava, conforme pesquisas recentes, atender o mercado externo como também ‘estimular o progresso burguês nos quadros da sociedade ocidental’ ”(NOVAIS apud, SANTOS 1974, p.73).

Em relação à mão de obra, no Brasil a utilização da mão de obra escravizada, embora tenha por todo o período incluído a indígena, foi caracterizada principalmente pela africana. A utilização da escravidão africana coexistiu com a indígena, embora a suplantando em importância econômica (NOVACKI, 2002, p.68,). Articulava-se, a expropriação da mão de obra e a liberação das terras para a expansão colonial. No caso do Paraná, o africano aparece, no início da procura de ouro no litoral e, posteriormente nas atividades do latifúndio pastoril (IANNI, 1968 p. 29-32). Neste ponto é importante salientar que na África haviam povos com conhecimento especializado em mineração, metalurgia, agropecuária (uso da enxada, pastoreio de animais, uso de engenhos), etc. (GENOVESE:1976, p.69-72) e, embora os povos indígenas tenham apreendido logo tais técnicas, estes saberes não deixavam de ser um capital cultural importante. Desta forma entendemos que os conhecimentos dos povos africanos tornavam-nos atraentes para a escravidão devido à expansão do capitalismo mercantil europeu através da dominação da

África e América. A história dos afrodescendentes e dos africanos não se inicia com a escravização moderna, se não o aprofundamos aqui, isto se deve aos limites da presente monografia.

A importância da mão de obra africana/afrodescendente livre e escravizada pode ser percebida no caso do atual território do Paraná, onde estes eram os *pés e as mãos* dos fazendeiros de gado (atividade dos tropeiros) e ervateiros. O tropeirismo será setor hegemônico da economia regional entre os séculos XVIII e XIX, sendo marcado pelo latifúndio monocultor destinado à economia externa – exportadora ou para outras regiões do país (BALHANA, PILATTI et. al. 1969). Este tipo de exploração será responsável pela maior parte da presença de escravos (indígenas ou africanos/afrodescendentes) no Paraná, sendo significativa à presença africana/afrodescendente:

	Livres	Escravos	Escr./Cor (%)
Branços	17.610	-----	0,00
Pardos	7.615	1.811	23,78
Pretos	618	3.905	86,34
Total	25.580	5.716	22,11

Fonte: NOVACKI, 2002 p.71.

Números estes que não mudaram substancialmente até o final do período escravista conforme os dados censitários de 1874, quando já era grande o contingente de europeus imigrados:

	Livres	Escravos
Branços	69.098	.....
Caboclos	9.081	.....
Pardos	30.636	4.109
Negros	6.741	6.451

Fonte: SANTOS, 1974, p. 48-9

Considerando-se que o montante da população africana/afrodescendente era, em 1874, superior a um terço da população (Negros e Pardos somavam 47.937, dos quais 10.560 eram escravos), constatamos o alto índice de sua presença no Paraná. Números estes que,

somados aos dados quanto à origem da população escravizada: 77% nascidos no PR, 15% Santa Catarina e 7.2% na África nos levam a perceber o sucesso da reprodução familiar da população afrodescendente no período e, por conseqüência, a construção de família (parentesco). Estes números relacionam-se com outras questões importantes:

- a. Em “meados do século XIX, as fazendas de criação de gado no Paraná se encontram articuladas” através do Caminho do Viamão (SANTOS, 1974, p. 80);
- b. A ligação de parentesco, que significam o fortalecimento dos laços de solidariedade e pertencimento étnico, ajudam a compreender a presença de escravos fugidos do Paraná na província do Rio Grande do Sul (GRAF:1981; CHAGAS, M. et. al. 2004);
- c. A presença de escravos africanos (7.2%, declarados, número que tende a ser maior dado à ocorrência de tráfico ilegal) também pode levantar questões sobre a intensidade da cultura africana entre afro-brasileiros da época;
- d. A população africana, antes e após a imigração européia para o Paraná no final do XIX 1888, foi base étnica mais significativa da população rural paranaense, sendo, portanto, matriz de parte de suas realizações econômicas e culturais.

Estas questões são vitais para compreensão da constituição do território paranaense e do papel desempenhado pela população afrodescendente em sua formação. Segundo SANTOS “a utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos da comunidade, desde a mineração á agricultura de subsistência, pecuária, aos afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos” (BALHANA:1969 apud. SANTOS, 1974 p. 82), em atividades como as de: carpinteiros, marceneiros, arrieiros, tropeiros, administradores das fazendas. No que se refere às atividades especializadas é importante salientar que, atividades como a de administrar os latifúndios agro-pastoris nos Campos Gerais eram normalmente delegadas a afro-descendentes escravizados (LOPES, 2004). Mesmo outras atividades, como o exercício da enfermagem ou de planejamento e construção de sobrados de dois pavimentos – atividade nobre que, nas décadas finais do

século XIX, era de responsabilidade de apenas um homem negro em Guarapuava. (ABREU & MARCONDES, 1991). Indicar o alto grau de influência da população negra na formação da cultura material e imaterial do Paraná é vital, pois estes, ao exercerem as mais diversas modalidades de trabalhos especializados ou não especializados, a e deixaram marcas que precisam ser investigadas e mostradas para diminuir o estereótipo que domina a representação da influência negra no Paraná.

O quadro ocupacional e demográfico acima nos fornece importantes elementos para debatermos a ocupação dos Campos Gerais (aqui incluídos os Campos de Guarapuava, Palmas e Curitiba): havia uma presença africana/afrodescendente significativa no meio rural e esta vivia, como no resto do país, em constante conflito com os senhores da terra (fazendeiros). Ocorre que, em decorrência da própria natureza do trabalho nos latifúndios pastoris, que implicam no afrouxamento da vigilância (transportar o gado por longas distancias ou de pastoreá-lo no dia a dia implicava no distanciamento dos senhores), a população escravizada podia, melhor resistir à violência do sistema e negociar condições de trabalho. Os elementos nos quais pautamos este argumento estão na constatação de PENNA (1999, p. 153-4) o qual afirma que era recorrente escravos serem liberados, sem vigilância, para cultivarem e colherem roças de seus senhores nas cercanias de Curitiba. Estas atividades faziam com que os escravos ficassem longos períodos do dia e até da semana longe dos olhos de seus senhores. É importante ressaltar também que, segundo o autor, estas atividades eram exercidas também por libertos que possuíam roçados próprios, roçados estes que forneciam a base da alimentação da população da cidade. Em nosso entender a tentativa de possuir espaços de autonomia era cotidiana por parte dos escravizados. Autonomia esta que a população negra recusava-se a perder, como podemos observar pelas fugas, assassinatos de senhores etc., (GRAF:1981) ou revoltas generalizadas, como é o caso de Capão Alto (então comarca de Castro), quando ante a tentativa de enrijecer o regime de trabalho e a possibilidade de venda e dispersão de famílias inteiras, houve, em 1864, uma das maiores revoltas de escravos ocorridas no Brasil-Império (PENNA, 2003 p.95).

Mesmo com o final do período escravista os conflitos envolvendo a população negra rural no Paraná, bem como outros grupos com acesso livre terra, como indígenas etc. serão constantes (MOTA, 1994). Sendo, porém, que o estigma do escravismo se manteve como

diferencial. Os conflitos continuaram ocorrendo travestidos em luta pelas terras disponíveis. O primeiro caso emblemático em grande escala, acreditamos, foi Contestado, que tem seus limites próximos aos Campos de Guarapuava, onde se situam as terras do Fundão.

A partir da década de 1850 a atividade de comércio de gado entrará em crise, atingindo seu ápice nas décadas de 1860-70, provocando a desvalorização das terras anteriormente ocupadas pelo tropeirismo. No que se refere à população rural, estas terras permaneceram ocupadas, principalmente, por “representantes atuais dos antigos gaúchos [ou “gaúchos-a-pé”], da zona de campos da fronteira rio-platense dos bolsões pastoris de Santa Catarina e do Paraná”, grupo integra-se “com ritmos e modos diferenciados a novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos de participação na comunidade nacional” (RIBEIRO, Darcy, 2006, p.369-377). Este grupo era formado por “lavradores do regime de parceria [...], dependentes do proprietário que lhes cede as terras de cultivo, cobrando por elas a meia ou a terça das colheitas, além de sua lealdade pessoal e política”. Foram estes que, no início do século XX, fizeram parte dos camponeses “autônomos rurais do Sul” (RIBEIRO, Darcy. 2006 p. 383).

A estes grupos de “autônomos” somaram-se na zona de pastoreio várias comunidades negras rurais surgidas, por exemplo segundo LEITE (s/d.), de doações de terras efetuadas por senhores tanto no Rio Grande do Sul, Paraná e quanto Santa Catarina. Estas “doações” ocorriam por diversos fatores (prestação de serviços, falta de filhos como herdeiros dos fazendeiros, etc.), mas estruturalmente, estavam ligadas a queda do preço das terras decorrentes da crise na atividade tropeira. Foi justamente no auge da crise do tropeirismo que Balbina Francisca de Siqueira faz a “doação”, em testamento, das terras do Fundão: em 1860 falece a proprietária e as terras são repassadas 8.712 há ao casal se libertos Heleodoro e Feliciano. Entre as condições da doação estava que a terra não poderia ser dividida ou vendida pelos herdeiros (HARTUNG, 2004, p.51). É importante lembrar ainda que, no Paraná, em período próximo a doação de Balbina, houveram outras doações de senhores para antigos escravos seus, como é o caso das terras do Sutil e Campina dos Morenos – como são chamadas atualmente as comunidades quilombolas (HARTUNG, 2001 e PORTELLA s/d, respectivamente). Esta população negra com terra continuou sua atividade costumeira de plantio e criação de animais, mas agora direcionada principalmente para sua subsistência e comércio em pequena escala (MAESTRI, 2005, 246-8), sendo que,

como grupo étnico, era identificado, majoritariamente, como “cabocla” ou descendente de “caboclos”: A “matriz socioeconômico-cultural” dos caboclos da região sul do Brasil seria o livre acesso a terra, sendo esta a “fonte geradora da vida, num sentido herdado da cosmologia indígena” (GEHLEN, 1998, p.54) e/ou africana/afro-braseira, conforme o ponto de vista de cada autor; o conceito por nós utilizado de “caboclo” inclui também o afrodescendente: Segundo Darcy Ribeiro (2006), a noção de caboclo se caracterizou no Brasil de várias formas, nem sempre significando uma identidade étnica, embora, na maior parte dos casos revela-se um misto entre indígenas, negros e brancos.

Tendo em vista esta definição, apontamos que é necessário efetuarmos algumas reflexões acerca da atribuição da identidade negra no Brasil ao longo das décadas finais da escravidão, seu período imediatamente posterior (até início do século XX) e contemporaneamente. Tomando por base a obra de MATTOS & RIOS (2005, p.220-2) constatamos que “as comunidades de negros foram duramente combatidas, algumas com violência, ou foram simplesmente logradas e perderam suas terras”. Fenômeno que ocorreu também com várias comunidades quilombolas no Paraná e, especificamente, com as terras do Fundão em 1875, quando um grande proprietário de terras, Pedro Lustoza de Siqueira “incorpora”, sob alegação de usucapião, 5.712 ha. dos 8.712 ha. originais. Esta apropriação será contestada judicialmente na década de 1940 pelos herdeiros de Heleodoro, mas sem nenhum resultado (HARTUNG, 2004, p.52-5).

Nas décadas finais e seguintes ao fim da escravidão autodeclarar-se como “negro” era uma atitude nem sempre fácil ou destituída de riscos, a identidade era “silenciada” devido a pressões externas, da sociedade racista. Esta é a constatação de BERGAMASCHI e MARQUES (2004, p.93-97), no seu estudo sobre as relações raciais numa escola municipal na comunidade quilombola de São Miguel, município de Restinga Seca, Rio Grande do Sul. Segundo as autoras, as identidades étnicas muitas vezes foram silenciadas por grupos dominantes. Porém, a identificação foi explicitada, “politizada”, no momento em que estudantes convidaram os mais velhos para contar “aspectos de suas histórias de vida para e da história da comunidade” o que contribuiu para “mobilizar o grupo na luta pela terra e no reconhecimento das pessoas da comunidade em sua cidadania”. Fica evidente, portanto, que ao longo da história há uma ressemantização da identificação, do pertencimento étnico: em um período histórico (o período escravista e as décadas

subseqüentes) ser identificado como pertencente ao grupo negro, a uma comunidade rural negra autônoma (um quilombo) era sinônimo de ser marginal, transgressor, um perigo potencial a ser combatido por capitães do mato, forças da lei etc. Em outra conjuntura histórica, o pertencimento a uma comunidade negra rural pode significar o acesso definitivo às terras ancestrais (Artigo 68 das ADCT, Decreto 4887/03). A identidade que teve que ser calada, silenciada, mas não foi negada, pode ser ativada. Como salientam as autoras, silenciar não é negar o pertencimento étnico.

### 3.2 Campesinato negro e as guerras camponesas no Paraná

“Deus Salve os Caboclinhos  
 Da Tribo dos Canindés  
 De onde vem o 'caboclo'?  
 Será africano, será caeté?  
 [...]  
 De onde é que ele é?  
 Quem sabe é o som de Luanda  
 No bairro de São José...” (De onde vem? Alceu Valença)

Tendo em vista o desenvolvimento histórico das relações históricas de produção supracitadas que condicionaram o desenvolvimento de um campesinato na região dos Campos Gerais e seus limites, é importante nos determos sobre a trajetória destes trabalhadores durante o século XX. De início propomos a construção de dois conceitos que nos auxiliaram a captar a trajetória do grupo social estudado: campesinato e campesinato negro. Para conceituar campesinato nos utilizamos aqui de Eric Wolf que define os camponeses como:

“como populações **essencialmente** dedicadas ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo. Deste modo, a categoria cobrirá arrendatários, meeiros e posseiros, bem como proprietários – trabalhadores, enquanto estiverem em situação de tomar decisões importantes sobre o cultivo de suas plantações. [...] O objetivo máximo do camponês é a sua subsistência e posição social, ganhas num círculo restrito de relações sociais.[...] Além disso, dá preferência á produção destinada à venda somente se estiver garantida a produção de subsistência.” (WOLF, data p.15, grifo do autor)

O qual complementamos com MOLINA que afirma que uma sociedade camponesa seria uma forma de organização social com

“estruturas apesar de viver em relação com os mercados das cidades, formando um segmento de classe de uma população maior que engloba geralmente centros

urbanos e, às vezes, até capitais metropolitanas. [...] Carecem de isolamento, da autonomia de política dos grupos tribais, mas suas unidades locais conservam sua velha identidade, integração e apego a terra e aos cultivos.” (KROEBER 1948, apud MOLINA & GUZMÁN, 2005, p.55)

A partir destes dois autores e da contribuição supracitada de Darcy RIBEIRO (2006) e GEHLEN (1998), destacamos o caráter camponês tanto dos chamados “caboclos” como das comunidades quilombolas (como é o caso de Paiol de Telha).

Segundo TOTA (1983, p. 16) o “caboclo” recusava a submeter-se a relações capitalistas de subordinação e lutava por manter parte de sua autonomia decorrente da liberdade com que mantinha sua base alimentar a partir de seu roçado, que via de regra era composto de “pequenas plantações de milho e feijão, às vezes de sua própria posse ou coexistindo nos latifúndios”. Sendo que, eventualmente, comercializava com coronéis ou comerciantes, a erva mate que colhia para aquisição daquilo que não pudesse ser produzido localmente: sal, roupas, armas, etc. (MACHADO, Paulo P., 2004).

Esta é precisamente a representação dos atuais quilombolas remetem à visão da Fazenda Fundão, de um território de autonomia e liberdade. Segundo entrevistas efetuadas por HARTUNG com os Mais Velhos, as atividades produtivas eram a criação de gado (bovino), porcos e o plantio de feijão, milho, arroz e trigo, sendo que apenas se comprava “açúcar, trigo e sal” (HARTUNG, 2004, p.35), uma realidade onde “todo mundo tinha” nas palavras de um dos membros do Conselho de Anciões (Caderno de Campo). Realidade que era ameaçada constantemente pela perda total ou parcial das terras – parcial, como foi dito acima, para o latifundiário Lustoza, total como ocorreu no final do século XX com os quilombolas de Paiol de Telha e, durante o século XX, com a maioria dos outros grupos caboclos.

Firma-se aqui, portanto, o conceito de campesinato de origem afrodescendente que, a partir da contribuição de MATTOS & RIOS chamamos de “campesinato negro”. Os quilombolas e outros grupos rurais negros com acesso a terra, eram diferentes cultural e historicamente (devido à diáspora africana) dos latifundiários existentes e do camponês europeu (eurodescendente) que chega ao Paraná em maior escala no final do XIX. É importante salientar que com a instauração das comunidades negras rurais nasceram formas de uso do território baseadas em tradições que remontam a uma ancestralidade, de matriz afro-brasileira, que permeia as relações de trabalho, culturais e econômicas das comunidades.

Através das categorias “família, parentesco, produção doméstica, ocupação e a transmissão de terra, herança cultural africana” RIOS (2005, p.27) construiu o conceito de “campesinato negro”, cujas origens estavam no período da abolição e constituíam-se do grande contingente de libertos (negros e mulatos) que por “gerações viveram nas chamadas ‘terras de preto’, [e] que guardam certa especificidade [marcada por] **grande estabilidade em uma mesma fazenda ou vizinhança**” e **por outra parcela da população negra rural com trajetória “marcada pela extrema instabilidade**, que ocorreu por três gerações a partir do fim do cativeiro, ou partir dos momentos específicos na vida dos depoentes ou de seus pais e avós, e que duraram muito tempo” (MATTOS e RIOS, 2005, p.215, grifos nossos). Isto é, basicamente, o campesinato negro, foi constituído por negros com acesso a terra e por grupos negros de trabalhadores rurais “itinerantes”. O caráter do modo de vida camponês pode ser observado pelo fato de que, em ambos os grupos, destacavam-se a “produção doméstica”, marcada pela policultura nos roçados (cultivo de arroz, feijão, milho, abóbora etc.) e a criação de pequenos animais representava um “valor afetivo e moral” dado que significavam a manutenção do grupo (MATTOS e RIOS, 2005, p.252-3). No que se refere a sua constituição, o **campesinato negro**, foi dividido pelas autoras, em três tipos básicos

- a) Aqueles que, conseguiram o manter o domínio de um território, permanecendo fixos na terra, formaram laços de parentesco dentro de um território;
- b) aqueles que, embora não conseguissem o domínio de um espaço de terra, estabeleceram relações de trabalho que os possibilitou passarem por poucas mudanças durante sua existência;
- c) aqueles que viveram em migrações constantes e ficavam poucos meses, e às vezes, até poucos dias em uma mesma localidade.

Todos os grupos constituíram o campesinato negro, porém, os primeiros formaram as “comunidades negras rurais”, enquanto que os últimos faziam parte do que as autoras chamaram de “campesinato [negro] itinerante” (MATTOS e RIOS, 2005, p. 258). As autoras salientaram que cada uma destas situações irá determinar profundamente: a

qualidade de vida, a preservação do patrimônio cultural material e imaterial, a manutenção de laços de parentesco e solidariedade dentro dos grupos negros. Aquela parcela do campesinato negro que conseguiu formar comunidades negras rurais no período que se estende de meados do XIX ao início do XX, representaram, “nas difíceis opções que o mundo recém-saído da escravidão”, “uma história de sucesso no que diz respeito ao projeto acalentado pelos avós” (MATTOS, 2005, p.223). Foram os membros destas comunidades negras que obtiveram maior prestígio dentro da sociedade branca do entorno, que possuíam indivíduos que conseguiram ascender socialmente na sociedade de classes, etc. O terceiro grupo, porém, demonstrou ter uma história marcada por migrações e conflitos constantes com fazendeiros e outros patrões. RIOS constatou e suas pesquisas que o grupo itinerante ou aquele que possuía apenas acesso precário a terra, buscavam principalmente “autonomia do trabalho”, no que era confrontado pelos “coronéis” (forma como os grandes proprietários de terra são chamados pelos afrodescendentes entrevistados) que tentavam manter exploração do trabalho e maus tratos do período escravista. Esta luta foi constatada pelas as queixas das arbitrariedades dos fazendeiros. Na maioria das vezes estas arbitrariedades diziam respeito à “expulsão das famílias [negras] e a perda de suas colheitas”, fatos resultantes de conflitos envolvendo a tentativa de forçar os trabalhadores negros à “permanecer das terras [do fazendeiro] por dívidas” (RIOS, 2005, p.247). Tratava-se, acreditamos, da adequação das relações escravistas, dentro das leis capitalistas: a instauração da escravidão por endividamento. A autora levantou um elemento significativo que reforça esta posição: os conflitos registrados diziam respeito, principalmente, a apropriação daquilo que significava maior independência dos camponeses negros, o exemplo mais citado é o roçado de milho, pois a “dieta camponesa na antiga região cafeeira tinha como base a farinha de milho, preparada de diversas maneiras, além de ser um produto de boa aceitação no mercado.[...] Assim, um dos aspectos principais dos contratos [entre fazendeiros e camponeses negros itinerantes] incidia sobre a economia doméstica dos camponeses” afrodescendentes (RIOS, 2005, p. 239). Buscava-se cercar suas possibilidades de autonomia através dos roçados, principalmente daqueles que não possuíam acesso a terra através de familiares e tinham nos roçados parte principal de garantia de subsistência. Esta conjuntura, que era recorrente, levou trabalhadores negros a experiências de vida dramáticas:

“O preto era o mais sacrificado do mundo, a cor preta era **escravejada**. [...] Depois que acabou o cativeiro ficou uns quarenta anos, cinqüenta anos naquela escravidão ainda, que nem onça...já não havia mais coro...mais às vezes ainda batiam em algum, até matavam mesmo. Mesmo depois da escravidão. Eu mesmo fui muito sacrificado na vida de criança... eu tinha um sacrifício danado [...] eu fui escravo do mundo. Eu fui escravo do mundo. Escravo do mundo...**meu pai foi escravo de fazendeiro, eu fui escravo do mundo, sofri muito**” Seo Julião, 81 anos, depoimento colhido em 1995 (LUGÃO & RIOS, 2005, p.121 grifos nossos).

As relações de trabalho carregaram por várias décadas, os condicionamentos da escravidão, expresso, também na recorrente narrativa dos camponeses negros itinerantes, em relação ao interesse dos fazendeiros no sentido de forçar crianças ao trabalho em conjunto com adultos. As famílias negras, por outro lado, procuravam evitar o trabalho das crianças á serviço dos fazendeiros, mas defendiam o valor sócio-educativo do trabalho destas nos roçados familiares (RIOS, 2005, p.246). Este elemento aparecerá também no Paiol de Telha, na narrativa dos Mais Novos sobre as relações de trabalho fora da comunidade em sua infância e juventude. O conflito latente entre trabalhadores negros e latifundiários continuava estabelecido pelos velhos hábitos dos “senhores da terra” marcado pela tentativa de manter a disciplina do período escravista foi retratado no Paraná pela incipiente imprensa operária de 1906:

“No interior dos Estados, os trabalhadores, se são artistas trabalham em alguma oficina três ou quatro meses sem nada receberem, e quando reclamam os seus salários são postos no olho da rua por malcriados; e por malcriados nada recebem; se são colonos é vergonha dizê-los, estes coitados, que formam o elemento agricultor do nosso país em algumas fazendas trabalham apenas para comer e não muito bem, porque os salários quase sempre os recebem pela metade, e se insistirem apanham (**pois os nossos fazendeiros em grande parte ainda não perderam o costume do tempo do famoso cativeiro**).” (O DEMOCRATA, Curitiba 25/11/1906, citado por RIBEIRO, L. p.7, grifos nossos).

Estes conflitos, entre antigos senhores e camponeses afrodescendentes tornaram-se explícito em explosões de guerras civis generalizadas, como Canudos e Contestado, ambas, trabalhadas desde a perspectiva étnica por Clovis Moura na obra “Sociologia Política da Guerra Camponesa – da destruição de Belo Monte ao aparecimento do MST” (MOURA 2000).

### 3.2.1 A guerra camponesa do Contestado.

“Sô iguar a pica- pau  
 Que quarqué maderá fura  
 Sô nas carta o Rei d’Espada  
 Desaforo não atura  
 Sô quem toro de briga  
 Por nadinha armo turra,  
*Nego bão da minha raça*  
 Não tem chão que se apura”.

Trecho de quadra composta por Adeodato e declamada no seu julgamento, em 1916. Adeodato era negro e líder “de briga” da última fase do Contestado (MACHADO, P. 2004, p.319, grifo nosso).

Acreditamos que as raízes do conflito da Guerra do Contestado devem ser compreendidas a partir das seguintes bases: a) A mercantilização da terra (Lei de Terras de 1850) fruto de uma nova etapa das relações capitalistas no país<sup>8</sup>; b) Uma fundamentação ideológica racista da ação dos detentores do poder estatal.

A região do Contestado (limite entre Santa Catarina e Paraná) era rica em ervais e madeira – produtos mais importantes da economia regional do um período 1880 e 1930 –, contando também com manchas de pastagens naturais e passará por uma valorização acelerada de suas terras a partir do final do século XIX. A valorização destas terras já tinha levado à expulsão da maior parte dos povos indígenas (pelo Estado associado aos “coronéis” ou pelos pequenos proprietários). No início do século XX foi projetada a construção de uma ferrovia na região, a tarefa coube a capitalistas norte americanos que obtiveram grandes concessões de terras na região. A partir desse momento se agudizou a grilagem de terras por coronéis e políticos vinculados aos governos do Paraná e Santa Catarina – o advogado dos interesses empresa norte-americana era, então, o vice-governador do Paraná Afonso Camargo (TOTA, 1983).

Acreditamos, baseados na leitura de obras como “Contestado: a guerra do Novo Mundo” de Pedro Tota, “Sociologia Política da Guerra Camponesa de Canudos” de Clóvis Moura e “Lideranças do Contestado” de Paulo Pinheiro Machado, que se tratava de uma

---

<sup>8</sup>Com a Lei de Terras de 1850 a terra deixa de ser bem do estado e lhe é inibido o valor de uso pelos trabalhadores livres, converte-se em negócio, mercadoria. Simultaneamente também uma conjuntura nacional advinda com a República que legou aos estados o direito de legislar sobre as terras aprofundando as disputas por terras entre as oligarquias regionais (detentoras do mando político nas estruturas policiais, jurídicas, legislativas e executivas dos estados) e as populações tradicionais ocupantes de amplas parcelas do território.

guerra das elites latifundiárias, garantida pelas forças do Estado, contra formas populares de organização social e apropriação da terra – principalmente contra formas não mercantilizadas de apropriação da terra. Ocorre que, no período desta guerra civil (como a de Canudos), a população rural era basicamente mestiça, indígena ou negra e a pouca população branca havia adotado padrões culturais – de trabalho, religiosidade etc. – da população “cabocla”, que era, em grande parte, afrodescendente, (RIBEIRO, Darcy 2006). A presença afrodescendente é demonstrada pelas tabelas supracitadas no que se refere ao Paraná, e por MACHADO, Paulo P., (2004) que afirma que a presença afrodescendente era significativa na região de campos de Santa Catarina no final do período escravista. Embora não forneça números precisos, os dados que Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 64-66), apresenta permitem afirmar que a presença afrodescendente (libertos e escravizados) nos campos de Lages (limítrofes ao Paraná) superavam em 1883, 20% da população total. Com base neste dado, aventamos a hipótese de que, para o Estado do Paraná (como um todo) e para a divisa com Santa Catarina, a porcentagem da população afrodescendente era superior a 20% da população total nas décadas 1870-1880.

Em relação à presença de comunidades negras rurais ou quilombos nas regiões conflagradas, há bastante registros em na obra de Paulo Pinheiro Machado e Clóvis Moura. Atualmente, segundo registros da Fundação Cultural Palmares ([www.fundacaopalmares.gov.br](http://www.fundacaopalmares.gov.br)), encontramos comunidades quilombolas por toda região de campos naturais (anteriormente pertencentes ao Caminho do Viamão) sendo registradas comunidade quilombolas no município de Campos Novos (SC) e Lapa, Ponta Grossa e Palmas (PR), regiões afetadas pela guerra (MACHADO, Paulo P. 2004, p.376-379). A par dos registros da Fundação Cultural Palmares, a de Paulo Pinheiro Machado, fez várias referências à ocorrência de comunidades negras na região conflagrada em Santa Catarina – o autor não se refere ao Paraná. Por fim, é importante deixarmos o depoimento de um general do exército que chefou uma das expedições das forças legalistas no Contestado que afirmou, serem os ocupantes da região nada além de “**bandidos ou negros fugidos**” (TOTA, 1983, p.55, grifos nossos). Esta é uma afirmação importante para compreendermos a ideologia do período, posto que já se haviam passado mais de vinte anos da abolição, sendo que, esta ocorreu quando a maioria da população escravizada já estava livre no Paraná e Santa Catarina (SANTOS, data, p. 48-49; MACHADO, 2004, p.64-67).

A racialização dos problemas sociais sempre foi (e acreditamos, continua sendo) um dos filtros ideológicos pelos quais os grupos dominantes enxergavam os problemas da sociedade brasileira. Esta perspectiva foi também apontada por Darcy RIBEIRO (2006, p.395.), que afirma existir uma “alienação que fazia [as elites latino-americanas alçadas ao poder com as independências] ver sua própria gente com olhos europeus” entendendo que construir um país moderno era também branqueá-lo. No Paraná podemos comprovar nossas observações a partir da ação do presidente de província Lamenha Lins que vetou o acesso dos “nacionais” as colônias estabelecidas com recursos públicos (OLIVEIRA, Ricardo, 2001, p. 213-214), o que equivale dizer a matutos, afrodescendentes (quilombolas, portanto), caipiras, caboclos e, de forma mais evidente, aos povos indígenas. Algo que, segundo a antropóloga Ilka Boaventura Leite (s/d), constituiu a formação da sociedade nacional:

“O usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor embutido no negócio. Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes negócios, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar” (LEITE, s/d.).

Este ideário sustentou a grilagem de centenas de milhares de hectares de terras no Paraná entre o final do XIX e início do XX, pois as terras eram apropriadas por particulares (vinculados ao governo estadual) para posteriormente serem vendidas para imigração europeia conforme veremos abaixo. É importante salientar que a configuração étnica da população paranaense sofreu grandes alterações desde o final do século XIX devido à política de colonização implementada pelo governo Imperial e Republicano, caracterizada por fundamentos eminentemente voltados a idéia de branqueamento da população. Este pensamento é bem demonstrado pela ação supracitada de Lamenha Lins. Fatos que confirmam que

“empreendimento colonizador foi um dos projetos mais persistentemente perseguido pelo governo imperial, que nele investiu enormes recursos, assegurando aos colonos o pagamento de transporte, facilidades de instalação e manutenção e concessões de terra. Condições semelhantes jamais foram oferecidas a populações caipiras brasileiras que, então, formavam grandes massas marginalizadas pelo latifúndio.” (RIBEIRO, D. 2006, p.394)

### 3.3 Negros do Paiol de Telha: autonomia camponesa e expropriação da terra.

“Nasci e me criei na Campina [dos Morenos, cerca de 50 km de Guarapuava], sempre morei aqui e nunca vou saí. Gosto muito daqui. [...] Porque aqui todo mundo ajuda o outro, se precisá de alguma coisa é só grita que eles vêm correndo ajudá. Todo mundo é feliz aqui. Eu e meu irmão, nós somo muito feliz aqui, um pouco se arregalamo, um pouco sofremo mais continuamo no batente. Eu tenho minha casinha aqui, ela é simples mas é minha, tenho a minha horta e a minha criação e meu irmão planta a nossa roça que é pequena mais que também é nossa e que dá pro nosso sustento e, quando farta alguma coisa nós pedimo pros vizinho que sempre nos ajuda porque são nossos amigo e irmão. Bem que o padrinho disse que era bobage eu diexá tudo pra tráis e i pra cidade, só sofrê, e vive com pessoa que não conheço e as veiz não posso confiá. Por isso que não vô mais saí daqui, vô fica aqui sempre junto com essas pessoa que me gosta.” (PORTELLA, s/d, p. 60-1).

Não obstante o contexto adverso, o registro da presença de grupos negros como do Fundão, Sutil e Campina dos Morenos, todas situadas nos Campos Gerais e seus limites (ver anexos) no início do século XX revelou que, com o fim progressivo da escravidão e a crise do tropeirismo, os afrodescendentes camponeses com acesso a terra continuaram suas atividades costumeiras (plantio, criação de animais, colheita de erva-mate). Atividades que já exerciam antes do fim da escravidão como produtores independentes (HARTUNG, 2004 e 2000 respectivamente; PORTELLA, s/d). Em condições semelhantes a estes camponeses negros estavam também outros grupos como os quilombolas de João Surá e Varzeão no Vale do Ribeira, também antes da abolição (FIDELIS, 2004; Dossiê Elaborado pela Comunidade de Varzeão e STR de Sengés).

Configurou-se, nas terras da Fazenda Fundão (como nas outras supracitadas), um território de autonomia e liberdade para os afrodescendentes. Segundo os entrevistados, as atividades produtivas eram a criação de gado (bovino), porcos e o plantio de feijão, milho, arroz e trigo, sendo que apenas se comprava “açúcar, trigo e sal” (HARTUNG, 2004, p.35), o que era efetuado com o dinheiro obtido, entre outras coisas, através do comércio de porcos com regiões vizinhas (caso de Ponta Grossa) perfazendo dias a pé no transporte de animais, pelo menos até aproximadamente 1960 (Caderno de Campo). Estas atividades de produção eram também tradicionais em outras comunidades quilombolas citadas e em documentos por nós consultados – fontes documentais do início do século XX analisadas

de comunidades quilombolas referem-se à criação de porcos, plantio de milho e as regiões de “cultivos de faxinais” existentes em seus territórios, como é o caso de Guajuvira em Castro, e Varzeão em Doutor Ulysses (Dossiê elaborado pela comunidade Varzeão com auxílio do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sengés e documentos de cadastro de terras das comunidades de Guajuvira em Curiúva arquivados pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura). Os moradores estavam divididos em famílias, sendo que este era o grupo básico para o trabalho. O auxílio mútuo através do puxirão era recorrente reunindo “tios, padrinhos, sobrinhos, cunhados, etc.”, não apenas quando o volume de trabalho aumentava, sendo que alguns eram realizados exclusivamente por mulheres e ocorrendo também o “puxirão surpresa” quando um integrante da comunidade estava com dificuldades o restante organizava o trabalho sem que este convocasse (HARTUNG, 2004, p.37- 42). Era uma realidade na qual, segundo Seo Domingos Gonçalves, “antigamente todo mundo tinha” (Caderno de Campo, Assentamento Paiol de Telha). O Sr. Domingos – último negro a ser expulso da Fazenda Fundão, integrante do Conselho de Anciões – afirmou que sua principal atividade na época (período 1960-1975) era a criação de porcos soltos para venda, atividade na época conhecida como “safrista”. Esta realidade, de autonomia camponesa, do grupo de negros da Fazenda Paiol de Telha foi mudada radicalmente devido à expropriação de suas terras. Ficou, porém, indelével na memória, a situação de estabilidade da época:

“Uma coisa que ficou marcada na cabeça da gente era a convivência que a gente tinha! E a fartura o pessoal tinha! O pessoal tinha seus porco pra tirar a carne. Só comprava o café, o sal e o açúcar. Fazia farinha, quirera, tinha suas planta, fazia a paçoca de carne. Tinha também as festas!” João Chaminé, Caderno de Campo, acampamento do Barranco.

### **3.3.1 A expropriação das terras da comunidade Paiol de Telha.**

As reivindicações de regularização fundiária e reconhecimento étnico de remanescentes de quilombos, faxinas, caiçaras, ribeirinhos etc., podem ser analisadas a partir da indefinição jurídica de diferentes formas de uso da terra oriundas de diversas concepções de mundo (ALMEIDA, 2006). Esta “lacuna” na lei certamente facilitou o surgimento de conflitos na “região de Tibagi (1933-5 e depois em 1941), em Jaguapitã

(1946-9), Campo Mourão (1948, 52), Porecatu (1950-51), Sudoeste (1950-57), Cascavel (final da década de 50 até 61), Alto Paraná (1961)”, conflitos nos quais, em geral, os grupos expropriados eram qualificados como “posseiros” (FERREIRA, 1987, p.10). Dados que devem somar-se a outros, como os apresentados em uma pesquisa feita no jornal O Estado de São Paulo entre 1971-76, na qual o Paraná foi apresentado como o estado que teve mais conflitos de terra no país, tanto por sua ocorrência (i.e., seu número) quanto por sua violência – ou seja pelos mortos e feridos (SILVA, José da Graziano, 1982 p.104). Uma conjuntura que atingiu também quilombolas, conforme relatos orais e documentais: Varzeão (décadas de 1950 e 1970), Paiol de Telha (1960-1970), Sutil/Santa Cruz (1950) e Serra do Apon (1940) – mapas em anexos. Estes conflitos armados foram simultâneos a fundação e mobilização de sindicatos ocorridos entre 1950-60 na região norte do Paraná, a qual contou, aliás, com expressiva participação de afrodescendentes trabalhadores rurais – os camponeses negros itinerantes (LUGÃO e RIOS, 2005) –, como foi o sindicalista José Rodrigues dos Santos, que fez o (significativo) relato da situação na década de 1950:

“Uma coisa que os patrões de fazendas praticavam freqüentemente, neste norte do Paraná, era trazer, no caminhão, ‘seus trabalhadores’ para comprarem na cidade, mas o veículo parava somente nos armazéns dos amigos e parentes, quando não do seu próprio. [...] Nesta época, a usina começou a usar aquele método do boró, um vale de cor verde, que tinha valor de um, dois, cinco e dez: era do tamanho de uma nota de cinco reais de hoje. [...] A empresa atrasava o pagamento e fornecia metade em dinheiro e metade em boró. Depois, passou a fazer 30% em dinheiro 70% em vale. E o resto, ficava enrolando. Com os vales, os trabalhadores estavam obrigados a comprar nos armazéns da empresa. [...] Tudo era ruim. Coisas de terceira ou de quarta categoria, que eram vendidas como se fossem de primeira. **Aquilo era um tipo de escravidão**” (VILLALOBOS, & HELLER SILVA, data p.51 e p.66 respectivamente, grifos nossos).

Havia um quadro bastante complexo e difícil para os trabalhadores rurais, que era, acreditamos, ser mais difícil para a população afrodescendente. Foi nesta conjuntura, de violência quase cotidiana e generalizada no campo paranaense, que se concluiu o processo de expropriação das terras do Fundão.

Como já nos referimos anteriormente, o processo de expropriação das terras dos negros do Fundão/Paiol de Telha, iniciou-se poucos anos depois da transmissão da propriedade (1860) através da usurpação efetuada em 1875, por Pedro Lustoza de Siqueira. Ação que será contestada judicialmente na década de 1940 pelos herdeiros de Heleodoro, mas sem nenhum resultado (HARTUNG, 2004, p.52-5). A fase final de expropriação das terras ocorrerá durante a ditadura militar, culminando em 1975, quando o então delegado de

Pinhão João Pinto Ribeiro expropria o grupo violentamente: ocorreram queima de casas, tortura, pistolagem, tentativas de assassinato, envenenamento de animais e destruição de roçados através do uso de forças paramilitares, isto é unindo jagunços e policiais (HARTUNG, 2004 p.13-4 e p.68-9). Estas ações determinaram o abandono de todas as famílias quilombolas das suas terras ancestrais. Não era possível resistir na terra, pois o país estava sob o regime ditatorial e, no Paraná passavam governadores (Bento Munhoz da Rocha, Ney Braga e Paulo Pimentel) que eram entusiastas apoiadores do regime – cabendo destaque para Bento Munhoz, assinou decreto desapropriando 10 mil ha. de terras, para instalação da Colônia Entre Rios (atualmente Agrária), que tomou posse das terras do Fundão (KUNHAVALIK, José Pedro. “Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná” e “Ney Braga: Trajetória política e bases do poder”, 2004). Este foi no Paraná, como em todo o país, uma época em que a força da repressão se fez sentir sobre as organizações camponesas, como demonstra Oswaldo Heller ao retratar conflitos entre representantes da TFP e sindicalistas no norte do Paraná ou a obra autobiográfica de GOMES sobre a repressão política no Estado.

Devido à conjunção de forças do período que unia grileiros, oficiais de polícia corruptos (delegado de polícia), grandes empreendimentos subsidiados pelo governo ditatorial (a criação da Cooperativa Entre Rios) e a ausência de liberdade de organização decorrente do contexto do golpe, a resistência organizada da comunidade tornou-se bastante difícil, assim como a busca por aliados. Mesmo diante desta situação adversa, houve tentativa constante de reaver as terras durante todo o período (Mariluz/Dulcemara). Porém, foi somente com a mudança de conjuntura política nacional, evidenciada pelo aumento de mobilizações regionais (a ex.: dos atingidos pela ITAIPU, surgimento do MST no Paraná, etc.), e nacionais (o surgimento da CUT) que o grupo construiu, ao longo das décadas de 1980-1990, uma organização mais atuante (fundou uma associação) e conseguiu novos aliados entre movimentos sociais e sindicatos.

### 3.4 Em “respeito aos Mais Velhos”, os “Mais Novos seguem a fila”.

“É porque se dependesse de nós, os Mais Novo é... Nós não teria a coragem de chegar, e correr atrás, e reivindicar as terras de volta. Porque nós só tamo aqui, por respeito desses mais velhos [...]. Então é isso que eu penso. E foi assim! E foi assim! Que o pessoal só foi atrás depois que o Seo Domingos, o Seo Eugênio solicitou. Os mais velho correram atrás. E o Seo Domingos Gonçalves do Santos, puxou a fila e levou esse povo [...] pra correr atrás dos seus direitos”  
João Soares

Na década de 1990, algumas famílias afrodescendentes herdeiras de Heleodoro iniciaram um processo judicial no sentido de reaver suas terras. Diante da negativa do poder judiciário, decidiram acampar, primeiro em frente, depois dentro de suas terras. Em resposta a esta ação, ocorreu o pedido da Cooperativa Entre Rios ao Poder Judiciário que realizou o despejo destas famílias. O grupo retornou posteriormente a área, em número maior (o primeiro acampamento foi em 1996, nas terras do Fundão, sendo que, devido ao contexto citado abaixo, o despejo foi feito imediatamente, o segundo ocorreu em 2003 e chegou a ter 150 famílias, que inicialmente entraram nas terras ancestrais, mas tendo em vista a ameaça de despejo retornaram as suas casas, a última ocupação ocorreu em 2006, quando o grupo acampou nas margens de uma estrada, o “Barranco”, onde está até a data em que este texto esta escrito). Paulatinamente o grupo construiu uma rede de apoio com uma série de entidades sindicais e movimentos sociais populares. Durante as ocupações e outras manifestações, a resposta da Entre Rios foi a da intimidação através da construção de guaritas de segurança nas proximidades do acampamento, envenenamento de nascentes utilizadas pelas pessoas (HARTUNG, 2004, p. 76-8). Estas atitudes eram, de alguma forma, respaldadas pelo Estado, pois por várias vezes os homens que estavam no acampamento foram convocados a deporem na delegacia de Guarapuava, gerando grande apreensão entre os familiares, que temiam prisões e outros tipos de coerções, à semelhança do que ocorreu na década de 1970 (HARTUNG, 2004, p. 79), existindo inclusive relatos de policiais que ameaçaram de morte membros da comunidade durante o primeiro despejo, ocorrido em 1996. Estas ameaças se deram em uma conjuntura bastante traumática para as organizações camponesas no Paraná:

“em 1996 quando vinte e quatro homens e mulheres integrantes do MST – entre lideranças, técnicos(as) e alguns educadores(as) – foram presos(as) num período

de menos de trinta dias; em resposta no final do mesmo ano a Fazenda Giacometti em Rio Bonito do Iguçu é ocupada por cerca de 4000 famílias. A presença de jagunços logo se faz sentir, no início de **1997 dois acampados são assassinados** por armas de grosso calibre. Nos anos seguintes ocorreram vários despejos, denúncias de torturas e prisões. Em **1999** voltam ocorrer prisões semelhantes: em menos de trinta dias foram **presos 41** integrantes do movimento em várias regiões do Paraná [...] ocorrem **assassinatos**: morre o assentado Antônio Tavares baleado pela PM que tentava impedir que uma marcha do MST chegasse a Curitiba. [...] Os recorrentes abusos de poder valeram a instauração – devido a denúncias da CPT, MST, RENAP e de uma série de sindicatos, ONGs etc. – do Tribunal Internacional de Crimes do Latifúndio no qual o governador Jaime Lerner foi condenado. As denúncias apresentadas – que demonstram a perseguição de caráter político com prisões ilegais e formação de grupos paramilitares – levaram a instauração de um processo na comissão de direitos humanos da OEA envolvendo o Secretário de Segurança do Estado José Tavares e o governador Jaime Lerner. Estes atos de violência no campo colocaram o Paraná na posição de Estado com maior número de conflitos agrários no país.” (SALLES, & SCHWENDLER, 2006, p.67, grifos nossos)

Obviamente a conjuntura e o histórico anterior colocavam os quilombolas em alerta. Porém, foi devido às pressões que os quilombolas alcançaram uma vitória parcial. O INCRA, na tentativa de solucionar o problema, sem enfrentar os interesses da Cooperativa Entre Rios, em 1996 enviou as famílias que estavam acampadas para uma área de assentamento em Pinhão. Parte destes quilombolas, que se enquadravam nas exigências da política de reforma agrária, foi assentada.

Atualmente os herdeiros dos negros(as) do Paiol de Telha, encontram-se espalhados por vários municípios da região de Guarapuava – Pinhão, Coronel Vivida, Guarapuava, Turvo, Candói, todos, á exceção de Guarapuava com menos de 30 mil habitantes e população predominantemente rural ([www.ippardes.pr.gov.br](http://www.ippardes.pr.gov.br)) – e inclusive em outros estados (São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Santa Catarina). Segundo informações prestadas pelos entrevistados(as) e anotações do Caderno de Campo, a grande maioria dos quilombolas, não possui acesso a terra – a exceção mais significativa são 30 famílias que se encontram em um assentamento do INCRA, destinado a eles. Não obstante a situação, onde a maioria do grupo social encontra-se afastada de uma relação de posse da terra, os descendentes de Heleodoro, mantêm, como outros grupos negros expulsos de suas terras, uma forte ligação entre si. Reaver as terras ancestrais para estes grupos é “um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à herança, baseada no parentesco; à história, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao fenótipo como um princípio gerador de identificação” (LEITE, s/d). Não obstante, a dispersão espacial é percebida por integrantes do grupo como um perigo, uma ameaça à sua identidade devido à inexistência

de um espaço comum de convivência. Como salienta Mariluz, ao referir-se a falta de um espaço para reuniões do grupo:

“Mesmo que nós queira, não tem espaço! [...]. Então eu acho assim... Que nem João Surá<sup>9</sup>, que eles vivem na comunidade: eu acho que é melhor, que o entrosamento é melhor! As crianças já sabem o que é uma comunidade quilombola, porque que existe, porque que ela tá ali! Já tem esta consciência na família. Porque eu que tenho isso tudo, e ali [na nossa situação] não: você fica já fica disperso, fica aquela coisa abstrata.” Mariluz.

Para responder a esta situação e manter a ligação em torno da luta pelo território, o grupo tomou diferentes fórmulas nos últimos anos, sendo que a estratégia atual é a formação de quatro coordenações (situadas, respectivamente, na área de assentamento; na cidade de Guarapuava; no município de Pinhão e outra no acampamento do Barranco, ao lado das terras ancestrais). Estas quatro coordenações realizam reuniões periodicamente: “reunião da coordenação mensalmente (das coordenações dos Mais Novos) o Conselho dos Anciãos bimestralmente. [...] a assembléia quando [tiver] assunto sério pra tratar com a comunidade” (Mariluz). Enquanto a Coordenação dos Mais Novos conta com 10 representantes, o Conselho de Anciões, tem em suas reuniões um grupo variável de 15 a 25 pessoas. É a Coordenação formada “entre os Anciões e os Mais Novos” que convoca assembléias, define encaminhamentos para solução de problemas, realiza oficialmente contatos e articulações com diferentes movimentos sociais, entidades de apoio (pastorais, sindicatos etc.) e órgãos do Estado.

Na definição do grupo, os “Mais Velhos”, são as pessoas mais idosas, aqueles que, segundo Dulcemara, viveram nas terras do Fundão, tem a “a visão de uma de uma pessoa já experimentada” por que “já sofreram muito” e, por conhecerem “assuntos de antigamente”, podem ajudar a “gente ir no lugar certo! Pra gente ir no caminho certo!”. Os “Mais Novos” são um grupo de homens e mulheres, com idade entre trinta e cinquenta e cinco anos, de diferentes profissões e lugares em que estão concentrados os herdeiros de Heleodoro ou quilombolas: Pinhão, Guarapuava, Assentamento e Barranco.

O Conselho dos Anciões é uma instância político-organizativa criada para consolidar a união das coordenações dos diferentes lugares (como já dissemos foram criadas coordenações dos Mais Novos em quatro localidades). O que mudou é que, a partir de agosto de 2006, os Mais Velhos, tem um colegiado para tomada de decisões e orientação das Coordenações dos Mais Novos e das Assembléias, pois se reúne antes desta para

---

<sup>9</sup> Comunidade quilombola localizada no Vale do Ribeira, margem paranaense, município de Adrianópolis.

avaliar encaminhamentos e sugerir estratégias para serem debatidas em assembléia, da qual também participam. A função do Conselho dos Anciões, segundo Dulcemara “é pra informar a gente, mais nova: o que ocorreu, pra nos orientar. É essa que é a meta quando ele foi formado, pra nos orienta na luta. [...] Pra tá junto conosco, tá nos orientando, tá nos guiando na caminhada. [...] Informando a gente. [...] De onde nos saímos. Nossa referência, aonde nascemos.” Com veremos, o Conselho de Anciões e as Coordenações dos Mais Velhos, tem o papel de direção do grupo social, sendo que a outra instância deliberativa é a assembléia. O que antes era um aspecto do cotidiano, tornou-se uma parte da estrutura de organização e mobilização. É importante salientar também que esta organização dirigente é responsável por efetuar (e o tem feito) articulações com outros movimentos sociais, sindicatos e entidades de apoio (ONGs, Pastoral da Terra de Guarapuava etc.).

## 4 PORQUE “O PINHÃO NÃO CAI LONGE DO PINHEIRO”: O SABER SOCIAL NO GRUPO NEGRO PAIOL DE TELHA.

“Porque, se meu pai foi um homem digno, trabalhador. Me ensinou o que foi de bom. O que eu tenho que fazê? O pinhão nunca cai longe do pinheiro, o pinhão sempre cai debaixo do pinheiro.” João Sulino.

“Esclareceu o mundo! [...] Porque eu tô me conhecendo enquanto pessoa. É a minha identidade que ta sendo descoberta!” Mariluz

### 4.1 Sujeito histórico e ancestralidade.

A compreensão da situação da população afrodescendente no Brasil depende da promoção de um “alfabetismo da diáspora” africana<sup>10</sup>, conceito que remete a ressignificação da “da história do povo negro na diáspora [...], na aprendizagem da leitura de signos culturais das heranças africanas, para além das distorções, da parcialidade e das ausências determinadas pela hegemonia cultural e por séculos de dominação” (COSTA, Hilton et. al., 2007, p.12). Embora este debate esteja apenas indicado em nosso trabalho – quando apontamos, acima, a relevância dos conhecimentos dos povos africanos que para cá foram trazidos –, salientamos que esta é uma parte importante para a compreensão da formação do campesinato negro e dos quilombos, e da história do Brasil, porque “a história consiste da interação de entidades sociais diversamente estruturadas (e geograficamente distribuídas), que mutuamente se remodelam. A Europa e a não-Europa não podem ser mais separados que os beduínos e sedentários de Ibn Khaldun: cada uma é a história da outra” (HOBSBAWM, 1998, p.187).

Acreditamos que atualmente dentro do grupo social Paiol de Telha, há esforço no sentido de compreender o que foi a “diáspora” do Fundão (expropriação e dispersão dos membros do grupo) e os impactos que isso causou a estas pessoas. O papel dos Mais

---

<sup>10</sup> “Diáspora africana é diáspora criada por movimentos e culturas de africanos e seus descendentes em todo o mundo (Américas, Europa e Ásia). Grande parte da diáspora africana são descendentes de pessoas que foram escravizadas e enviadas para as Américas durante o tráfico negreiro do Atlântico, com uma grande população vivendo no Brasil”, país de maior população negra fora da África. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1spora\\_africana](http://pt.wikipedia.org/wiki/Di%C3%A1spora_africana), em 22/02/08.

Velhos é ajudar a compreender e reverter a desconstrução da memória. Nas diferentes atividades que participam os membros comunidade e fortalecem sua identidade. Os Mais Velhos, através do Conselho (bem como em outros momentos) promovem, na expressão de uma entrevistada, “uma aula de Fundão”. Rememora-se a vida no território (sua riqueza cultural e material), o processo de expropriação das terras, a trajetória de vida das pessoas nos anos posteriores e sua situação atual. A idéia de uma *diáspora* dos quilombolas do Fundão aparece na expressão de um entrevistado, que aponta os temas recorrentes nas oficinas realizadas pelo grupo, como por exemplo, o

“debate sobre a história grilagem das terras, nas épocas de 1970 a 75. Consideradamente foi quatro anos de..., de pena para aquele povo, que saíram na época, dos quilombola. Então é discutido esse assunto, daquele tempo que passou, que faz 34 a 36 anos que passou. Durante este tempo, uns foram pra um lado, outros pra outro, na busca de novas direção. E teve gente que não encontrou sua direção, não encontrou seu teto, seu trabalho digno. Como tem muitas famílias que saiu de lá e estão morando nas periferia da grandes cidades.” João Sulino.

A dispersão e dificuldade de contatos criaram a necessidade urgente de um espaço articulado para reflexão e promoção da memória do grupo: o Conselho de Anciões. O Conselho dos Anciões tem a função, segundo os entrevistados, de uma “coordenação”, cuja atuação foi narrada por uma entrevistada:

“O Conselho dos Anciões se reuniram, pela manhã, pra avaliar este momento: o quê que ouve? [...] O Conselho dos Anciões senta junto. Que eles fizeram reunião pela manhã, sentam juntos esclarecem, aí [após discutiram internamente] eles perguntam o que nós achamos também [o restante do grupo que estava na assembléia geral]. E daí também foi decidido. Então a coordenação, entre Anciões e os Mais Novos, fizeram esse acordo” Mariluz.

Embora o Conselho tenha tomado esta forma, é importante ressaltar que a participação dos Mais Velhos foi sempre uma constante na organização do grupo, pois a criação do Conselho de Anciões ocorreu somente no início de 2006. Trata-se, portanto, de uma estratégia inovadora, “conjuntural” dos quilombolas de Paiol de Telha. Estratégias como estas são descritas em outros movimentos camponeses contemporâneos por José de Souza Martins:

“Nas áreas de luta, têm ocorrido importantes **inovações culturais** [...] e [tem] sua importância logística na resistência, na mobilização e incorporação das mulheres nas táticas do confronto, na assimilação de táticas militares do inimigo, a assimilação de novas plantas e produtos. Sobretudo, tem surgido nas lutas camponesas o **saber de emergência**, de duração conjuntural e provisória, referido às circunstâncias do conflito. O que os obriga a sermos cautelosos quanto à concepção de saberes persistentes e definitivos. E também quanto à ignorâncias persistentes e definitivas.” (MARTINS, 1992, p.34, grifos do autor).

Estes “saberes de emergência” foram acionados durante toda a história do sujeito histórico. Os membros do grupo, durante toda sua existência, utilizaram-se da melhor forma possível das estruturas existentes, utilizando-se de estratégias diferenciadas para manter-se como grupo: de início recebem terra como “doação”, fato que, como veremos tem uma explicação complexa, configurando-se, no entender dos quilombolas mais como uma troca; posteriormente, quando roubada parte de sua terra pelo Coronel Lustosa, recorrem ao Judiciário; em um terceiro momento, em um contexto manifesto de clientelismo (primeira metade do século XX), recorreram a um representante do Estado, especificamente, da lei, da força policial. Se a “educação é um processo social no sentido mais lato da palavra” (MAKARENKO, s/d p.18), a herança ancestral de luta por autonomia e preservação da identidade não foi esquecida e construiu um processo educativo ao longo dos últimos 140 anos de preservação do território. O grupo tem em sua memória, através dos ensinamentos dos ancestrais, o significado da preservação do território para a manutenção do cultural e física sua enquanto grupo. Entendemos que, a partir de um processo interno à comunidade, explicitado pelas relações de parentesco (identidade negra) e autonomia (relativa) de um grupo camponês (ver itens “Negros do Paiol de Telha: autonomia camponesa e expropriação da terra” e “Campeinato negro e as guerras camponesas no Paraná”) esta construiu bases materiais para sua existência e para a construção de sua identidade.

A criação do Conselho respondeu a necessidade de fortalecer as relações de parentesco, pois devido à “diáspora” do Fundão, os membros do grupo estavam distanciados de seus parentes, o que influenciava negativamente na articulação em torno da reivindicação do território pois os núcleos espalhados pela região nem sempre conseguiam debater uma estratégia comum:

“teve uma época que tava tudo separado. Nós estamos separados! Nós estávamos separados e correndo atrás, cada um no seu local, e não era unido. Hoje não! [...] Porque foi a forma de unir! Porque o pessoal tinha outra visão: cada um queria cuidar do seu local e não queria olhar pro outro lá. Sendo que são todos da mesma família. Estão todo correndo atrás do mesmo objetivo: que são as terras do Fundão. E eles não tinham está visão. Hoje não! Hoje eles são mais unidos: um liga pro outro, um vai comunica o outro, vê o que tá acontecendo, vão um visitar o outro. Todo mundo tá participando mais das reuniões, onde tem a mensal que é da coordenação. Então eles tão vindo mais. E antes eles não se interessavam. Hoje a gente vai na Reserva do Iguaçu, todo mundo senta conversa. Pinhão também. O assentamento ali, Guarapuava [também]. E através disso, foi trazendo mais a comunidade, a se unir, junto! [...] Porque, veja bem: porque são todos herdeiros e são todos uma família, no caso, que morava lá no Fundão e que tem, precisa estar juntos todos, embora um morando lá no Mato Grosso ou fora do Brasil. Mas são todos daquela comunidade, e tem que estar juntos, lutando

pela mesma causa, e ficar unido. É uma forma de resgatar todo mundo.” Eloina Célia.

O papel do Conselho nesta conjuntura tem sido vital pois, em alguns momentos, têm ocorrido “muitos conflitos” entre os quilombolas. Perguntado sobre como a presença dos Mais Velhos nas reuniões e a existência do Conselho de Anciões tem ajudado a resolver divergências, João Maria Soares, afirmou que isto ocorria “porque nós respeitamos eles. Da forma que a gente aprendeu, desde que os nossos pais nos ensinaram, foi dessa forma. Então a gente respeita, muito, os anciões. Os mais velhos, como se diz”. Os entrevistados afirmam que a ação dos Mais Velhos influencia inclusive de forma subjetiva, pois estes

“vão passando as coisa boas. [que] eles aprenderam lá [no Fundão] e eles querem passar da melhor forma pra gente [...]. Mas quando tá ele [Seo Domingos] no caso, ou uma outra pessoa dos mais velho, a gente se sente mais a vontade. Sabe eles..., eu sei lá..., parece que tem uma... Como eu posso transmitir? Ah, transmitem aquela energia positiva... . Acho que já vem dos descendentes de escravo mesmo. E a gente se sente bem.” Eloina Célia

O que é repassado, transmitido vem pelo saber, pela experiência, pela ancestralidade, enfim, algo já secular. Desde a prática organizativa do grupo e do aprendizado dos Mais Velhos, por conhecerem a vida e os hábitos, por trazerem as “coisas boas” que aprenderam “lá no Fundão”, por terem experiência, há uma recomposição de valores simbólicos que possibilita o fortalecimento e a reprodução da identificação mútua entre os membros. A experiência dos ancestrais os qualifica como os únicos capazes de transmitir uma série de acontecimentos. As questões de como os Mais Velhos adquiriram e qual a importância deste conhecimento é respondida pelos entrevistados da seguinte forma:

“Porque eles viveram a vida lá. Sabem o que eles passaram. Como hoje já se passaram vinte e cinco anos, tem uns que não conhecem a história, vem e começam a se integrar ao grupo. Quando fica bem mais fácil falar das coisas quando se tem conhecimento. Isto é importante para levar o conhecimento aos mais novo.” Paulino do Patrocínio

“Através do conhecimento deles, do que já viveram. Se deu certo no passado, com certeza dará de novo. [Passam o conhecimento] falando, explicando, levando o conhecimento. [...] Isto é importante, pra levar pra frente. Seguir o exemplo deles. Se nós for fazê de outra forma podemos, lá na frente quebrar a cara de ter que voltar de novo. [...] Por exemplo... a durabilidade de vida. Hoje, nós temos pessoas aí, com 70 ou 80 anos. São pessoas que conviviam com a terra. Produziam seu próprio alimento, tiravam o sustento da terra. Não compravam coisa enlatada. Aí que tá o exemplo: não tinha o uso do agrotóxico, nem do transgênico.” Paulino do Patrocínio

“A opinião deles... Agora, como passar isso pra você? A opinião de vida! Eles têm aquela experiência de vida, de luta. Que a gente tá aí, olhando eles, vendo o que eles passaram. Que nem, a gente conversando e vendo a trajetória deles. E verem o sofrimento deles, e onde eles pode nos orientar. E eles verem onde eles sofreram, pode nos ajudar caminhar e não errar muito. [De que forma?] Forma de futuro” Dulcemara “Isso porque eles tem o conhecimento que é à base de tudo.” Ana

A partir destas respostas, várias questões podem ser levantadas, optamos em apresentar vários depoimentos para caracterizá-las. Se Eloina Célia salienta que repassam “energia positiva”, a qual remete como sendo originária dos antepassados (“escravos”) devemos que considerar que esta energia positiva também é originária o patrimônio cultural (material e imaterial) anterior, originário da África: o patrimônio cultural, simbólico dos povos africanos e dos afrodescendentes não foi construído na escravidão, mas na África, como indicamos acima (“O escravismo no Paraná do século XIX” e “Quilombo: um conceito em disputa”). O percentual de afrodescendentes e africanos no Paraná (principalmente na região dos Campos Gerais), sua diversidade de ofícios, são elementos que, certamente, apontam para uma presença cultural e material e imaterial consistente na formação do território. Novamente a questão de que o saber é ancestral, baseado em origens antigas, na experiência e em processos educativos não formais de transmissão de conhecimentos. Recuperar esta característica é também o que apontamos como uma “alfabetização da diáspora”, que, em outra escala, esta sendo efetuada tendo como marco a vida no Fundão, mas que poderia tem como horizonte à ancestralidade africana.

A riqueza e o valor dos ancestrais esta relacionada ao que estes “passaram”; “viveram”; a “experiência de vida, de luta que eles passaram”, o que os leva a possuírem determinada “opinião de vida”. Estas expressões são as categorias explicativas que remetem ao que, em nossa compreensão, seria o princípio educativo ordenador do sujeito histórico: a experiência é tanto vinculada à vida nas terras do Fundão (como camponeses negros, quilombolas) ao trabalho, portanto, ao saber, como foi narrado acima, produzir sem agrotóxico, transgênico, colhendo alimentos saudáveis em uma situação onde, segundo João Chaminé, “ficou marcada na cabeça da gente era a **convivência** que a gente tinha! E a fartura o pessoal tinha!” (ver “Negros do Paiol de Telha: autonomia camponesa e expropriação da terra”). A marca da educação era produzir pessoas “dignas, trabalhadoras”. A moral da educação pelo trabalho, que produzia uma “**convivência**”, também esta articulada a um processo de conflitivo: a luta pela terra, que marcou a “experiência de vida”. A experiência dos ancestrais produz o conhecimento construído a partir da práxis, conceito que este é “produzido através do permanente e sempre crescente movimento do pensamento que vai do abstrato para ao concreto pela mediação do empírico; ou seja, através do efetivo movimento da teoria para a prática e desta para a teoria, na busca da

superação da dimensão fenomênica e aparente do objeto, buscando sua concretude” (KUENZER, 1998, p.64).

Acreditamos que o “teórico” no grupo refere-se à organização da cultura, da religiosidade, dos valores morais e éticos criados e preservados pelo sujeito histórico ao longo da história anterior à expropriação das terras. Os ancestrais conquistaram (com sua moral e ética, como veremos) e organizaram determinado território e o mantiveram (com suas formas de trabalhar e devoções religiosas), atualizando as formas de produzir a existência (entre a crise do tropeirismo até o comércio de porcos na segunda metade do século XX). Neste longo período de tempo (cerca de 110 anos) procuraram manter suas terras ao longo das diferentes conjunturas, estabelecendo uma série de alianças como já descrevemos. Este histórico não é olvidado pela coordenação dos Mais Novos ou pelo restante dos quilombolas. Estes sabem que os Mais Velhos, antes mesmo da constituição do Conselho dos Anciões (em 2006) eram essenciais para a continuidade das lutas do grupo. Como enfatizou João Chaminé, foram estes que, em 1996, em um período já descrito como de violência generalizada no campo paranaense (através da violência do Estado) puxaram “a fila”.

A presença e a ação dos Mais Velhos é essencial “pra levar pra frente”, para a organização “caminhar e não errar muito” pois, se “nós [os Mais Novos] for fazê de outra forma podemos, lá na frente, quebrar a cara de ter que voltar de novo”. Existe um valor atribuído ao conhecimento dos Mais Velhos que supera o instrumental: não se trata apenas de saber sobre o passado, mas carrega também uma dimensão de presente e de futuro: como afirma Paulino do Patrocínio, o conhecimento é importante para as coisas “que aconteceram e que acontecem” e, completaríamos, do que vai acontecer, pois, como disseram Ana e Dulcemara, “conhecimento é tudo” e eles podem ajudar a “errar menos”, já que não sofrer reveses é impossível.

O Conselho de Anciões é uma estratégia acionada em momento de perigo: no início do primeiro mandato o presidente Lula assina o Decreto 4887/03, que reorientava e facilitava a regularização fundiária das comunidades quilombolas (ver “Quilombo: um conceito em disputa”). Em 2006 surge a Comissão Nacional dos Povos Tradicionais, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que produz, a partir de diversas reuniões em diferentes locais do Brasil (uma das quais em Curitiba, com a participação de quilombolas

do Paraná) a Política Nacional para os Povos Tradicionais, transformada no Decreto 6040/07. Esta conjuntura levou a retomada das atividades do INCRA e Ministério Público Federal em relação às terras dos quilombolas de Paiol de Telha. Neste período (2005-2007) foram realizadas também várias visitas e reuniões com os quilombolas com representantes do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, Fundação Cultural Palmares e Ministério Público Federal. Tratava-se, acreditamos, de uma situação nova e complexa para o grupo, no qual a força da comunidade seria testada. A força dos ancestrais, o conhecimento do passado era essencial. Da mesma forma que a referência às terras do Fundão, os Mais Velhos ligam os parentes de hoje ao passado. Esta é uma das funções do Conselho que podem ser percebidas nos depoimentos dos(as) entrevistados(as):

“é um grupo que nós venhamos na busca da atividade, de nosso interesse, da nossa terra ..., que nossos pais correram atrás e hoje eles não estão mais aqui na terra. Já partiram. Entoncê, pra nós, **temos que carregar aquele mastro e aquela bandeira que eles pediram para nós carregar.** Então pra mim o grupo de anciões, eu acho, é aquele objetivo que eles pediram: **Pra nós não deixar acontecer da nossa, da nossa vitória, é... terminar.**” Manoel Bilardo.

“O papel eu acho que... .No meu modo de entender. É sempre tentar, por exemplo: **passar os conhecimentos** que a gente tem, pra nosso povo, pros nossos jovens e adolescentes, que tão vindo aí também. **Pra nós manter a tradição, como diz... de progresso! Pra coisa andar!** [...] Como diz..., nós ajudar na organização. **Trazer nosso povo pra união.** E também pras reunião, que agente tá participando. E **trazer um conhecimento, um pouco da nossa história, da nossa cultura.** Que o pouco que a gente viveu, ela tava também perdida. E hoje ela tá sendo reconhecida novamente. Por nós mesmos! [...] é pra... **resgatar a memória dos nossos antepassados** é... e como diz **manter ela viva.** Porque da qual a gente perdeu muito com essa a desapropriação das nossa terra. [...] Por que.... **Eu digo que eles são o marco da nossa história**”. João Maria Soares.

“Que nem veja bem: a nossa comunidade precisa dos anciões. Porque nós temos um passado, um passado onde eles têm um conhecimento, onde hoje eles **trazem pra nós, os mais jovens e pra gente mesmo, ter como repassar e como trabalhar com a comunidade a respeito do que aconteceu e do que vem acontecendo hoje e o que a gente pode ajudar a partir do momento [de hoje].** E sem eles, no caso, a gente não tem como trabalhar. Porque **eles vão repassar pra nós o que acontecia,** antes como pra como nos no caso tamos fora do nosso território, como que era lá, aonde que era as casas é nas casas o que eles faziam. **Eu acho que eles são as pessoas mais importantes na nossa comunidade e pra conversar com a gente, no meu ver.**[...] Mesmo porque hoje, no caso as pessoas que estão na liderança, são mais novas. Então como é que eles iam saber o que acontecia nas casas, se os anciões não tiveram presentes, juntos”. Eloina Célia

“O Conselho é..., por isso que nós estamos aí, por causa do Conselho dos Ancião. Porque **são eles que carregam a história nossa, eles são a nossa raiz. É a nossa base! Através deles que comprova a nossa existência.**” Mariluz

Através das expressões destacadas, acreditamos poder afirmar que o Conselho ao ser criado tem, simultaneamente, o papel de “manter viva” a memória dos “antepassados”, por meio da valorização da cultura e também promovendo a sua divulgação para todos os

quilombolas (não apenas para os jovens, mas também para a Coordenação dos Mais Novos, que possuem entre 30 e 50 anos), pois mesmo “as pessoas que estão na liderança, são mais novas. Então como é que eles iam saber o que acontecia nas casas, se os anciãos não tiveram presentes, juntos?”. É manifesto que todos se distanciaram muito da cultura originária do grupo com a expropriação da terra, pois “o pouco que a gente [da Coordenação dos Mais Novos] viveu, ela tava também perdida. E hoje ela [a cultura dos antigos] tá sendo reconhecida novamente. Por nós mesmos!” afirma João Maria Soares. A divulgação das informações tem um caráter particular, é vista como uma prática educativa: “sem eles [Anciões] a gente não tem como trabalhar”; através deles é possível “trazer o povo para a União”, “ajudar a organização”, regatando e mantendo a “memória dos nossos antepassados [...] viva” pela sua socialização no grupo. Reflexão importante, pois remete ao fato de que a memória esta viva quando é compartilhada pelas novas gerações (tanto jovens e crianças quanto adultos). É através do Conselho e da ação dos Mais Velhos, que adultos e jovens comprovam a “nossa [sua] existência”. Fato que todos os entrevistados(as) afirmam em diferentes momentos: “eles são a nossa raiz”. A metáfora da “raiz” é um elemento interessante, assim como a do **“pinhão que não cai longe do pinheiro”**. Estas expressões não são destituídas de sentido, pois as palavras são signos e, como todos os signos, são polissêmicos (um madeireiro não utilizaria o mesmo sentido que um quilombola ou um indígena ao referir-se ao valor simbólico de um pinheiro ou da terra). Trata-se de uma idéia recorrente nos(as) entrevistados(as) ao referirem-se ao Conselho, de que este também traz contribuições “a respeito do que aconteceu e do que vem acontecendo hoje e o que a gente pode ajudar a partir do momento [de hoje]” como afirma Eloina Célia. Este ponto de vista aparece também na fala de José Maria Soares que afirma que o Conselho, de forma semelhante à Coordenação dos Mais Novos, cabe “manter a tradição, como diz... de progresso! Pra coisa andar!”. A explicação sobre estas categorias (tradição e progresso), aparentemente opostas, serem associadas por ele, será a seguinte: A “tradição de progresso” que deve ser mantida na comunidade diz respeito à “manter a organização primeiramente, a união e tentar cuidar do bom desempenho da comunidade e da associação”, sendo que “tradição” refere-se a

“os costumes que o pessoal tem. Que nós temos. É o pouquinho que a gente conhece não deixar cair. É por exemplo: aqui nos temos um grupo de pessoas que sabem fazer a recomenda, as comidas, assim grosseira, o que a gente come...típica. Que nem a canjica, fazia a quirera. E que hoje nós não tamo

fazendo. Mas a gente já teve, no passado. Essa aqui, que nós temo hoje é comprada. Mas a gente passa ainda passa pro pessoal, que ainda nós vamo consegui fazê aquela que a gente fazia, no passado, no monjolo. [...] É porque isso é uma comida. É uma comida boa, é uma comida sadia, que ela não tem veneno ela não tem nada.” José Maria Soares

e “progresso” é “nós ter uma renda aqui dentro, através de projetos. Que o pessoal não precise sair daqui, de cima da sua área, pra trabalhar lá fora e deixar tudo abandonado, sendo que tem um pedaço de terra, pra você trabalhar.” Sobre a junção da tradição e do progresso: “É o seguinte: que quando você tá sobrevivendo em cima da área que você tem. Você sabe que ali você tá dentro do que é teu”. O pensamento de José Maria Soares é complemento pela fala de Dulcemara, que afirma que os Mais Velhos

“têm aquela experiência de vida, de luta. Que a gente tá aí, olhando eles, vendo o que eles passaram. Que nem, a gente conversando e vendo a trajetória deles. E verem o sofrimento deles, e onde eles pode nos orientar. E eles verem onde eles sofreram, pode nos ajudar caminhar e não errar muito”, [da] “forma de futuro”.

Ou seja, voltando á metáfora da raiz e do pinheiro: há uma idéia de processo que parte do passado, passa pelo presente e vai ao futuro nas decisões tomadas pelo Conselho de Anciões, a “tradição de progresso” é a tradição de, constantemente, buscar melhores condições de existência e preservação do grupo social – o que se explica pelos exemplos citados por José Maria Soares, que associa cultura, subsistência, qualidade de alimentação, condições de produção (através de projetos) e a preservação da união da “comunidade e da associação”. Trata-se de um exemplo importante, posto que se separa a “comunidade” da “associação”, pois a primeira é mais ampla e complexa que a segunda.

Na postura de José Maria Soares são transparentes outras questões importes: a concepção de trabalho não apenas como venda de força de trabalho (mercadoria) mas também como valor de uso voltado à preservação da cultura da comunidade. Há também uma crítica ao pacote tecnológico da revolução verde o que expressa, em nosso entender, uma crítica a coisificação do trabalho na agricultura: mesmo sendo mais difícil realizar o trabalho sem o uso de agrotóxicos, esta seria uma ação mais correta. O trabalho para estes agricultores quilombolas adquire, portanto, um tom moral, para além da simples coisificação imposta pela mercadoria. Posição semelhante aparece em outro quilombola ao responder sobre os valores que os Mais Velhos repassavam quando estavam presentes, isto é, não apenas nos momentos em que atuavam no Conselho de Anciões:

“Quando eles falavam que antigamente, veneno ninguém usava. Hoje, se você plantar e não usar veneno, não dá nada. E eles contam que eles plantavam e colhiam sem nenhum tipo de agrotóxico, e hoje, se você não estiver com o agrotóxico, junto, na lavoura não produz, porque a infestação de pragas aumentou

muito. [Com certeza seria importante preservar os conhecimentos, mas] com a mudança da revolução verde, hoje será muito difícil, por causa da falta de..., desmatção, uma coisa e outra” Paulino do Patrocínio.

Ambos os entrevistados são agricultores e manifestam uma posição positiva sobre sua atividade, mas não é uma posição idealista: o trabalho na lavoura é duro e, caso não sejam utilizadas técnicas adequadas, o uso de agrotóxicos é essencial para garantir a produtividade que o mercado existe, pois “aumentou muito a infestação de pragas” e, sem o agrotóxico, “não produz”. Há uma reflexão que, acreditamos, incorpora a dialética entre o que é desejável e o que é possível. Embora esteja nos planos do primeiro informante “conseguir fazer” à moda dos antigos, isto é difícil devido facilidade propiciada pelo agrotóxico. Percebe-se nos discursos a constatação de que a verdade objetiva: “enquanto concordância entre pensamento e realidade, não é um problema que se possa resolver teoricamente pelo confronto entre diferentes pensamentos; a verdade só se constituirá a partir da relação entre pensamento e realidade, e só assim será praxica.” (KUENZER, 1998, p.58). O trabalho (não em sua concepção mercantilizada) é a saída para a solução do problema, mas este trabalho depende outras questões, da própria relação com o meio, pois há muita “desmatção, uma coisa outra” – além, é claro, do fato supracitado de que a grande maioria dos quilombolas não possui acesso á terras, embora residam em cidades pequenas nas quais atividades agrícolas predominam.

Tendo em vista que, várias vezes, os(as) entrevistados(as) associam as reflexões a cerca do funcionamento da Coordenação dos Mais Novos e do Conselho dos Anciões com a idéia de trabalho – como demonstra as falas supracitadas de Paulino do Patrocínio, José Maria Soares e Dulcemara –, acreditamos que podemos fazer uma reflexão acerca da relação estabelecida entre trabalho e o processo organizativo do grupo. A participação das pessoas, nas oficinas e coordenações e Conselho, têm por base um “princípio educativo”, conceito que expressa a

“relação dialética que se estabelece entre as bases materiais de produção e a concepção de mundo e trabalho dominante – ao mesmo tempo manifesta e é manifestação das relações sociais e produtivas mais amplas presentes nesta etapa do desenvolvimento do processo produtivo [...], pelas inovações tecnológicas e pelas novas alternativas de gestão, que determinam um novo projeto pedagógico de educação de dirigentes e trabalhadores”. (KUENZER, 1998, p.64)

No presente estudo, a partir das entrevistas efetuadas, acreditamos que o princípio educativo esteve regulado pelo histórico do grupo (camponeses afrodescendentes) que possui o ideário de autonomia camponesa o objetivo principal, com o diferencial que as

relações sociais em que se insere: negros de um grupo antigo, tradicional, quilombola. O que vem determinando o fazer “pedagógico de educação” deste grupo situa-se no processo de luta pela reconquista do território e na experiência ancestral como agricultores negros com acesso a terra. É algo específico, com várias particularidades dentro do campesinato: lutam por território específico, não apenas por terra e tem com este uma ligação ancestral simbólica. O princípio educativo encontra-se na correlação identidade negra, na ancestralidade, na identidade camponesa e no processo de luta organização política. Da relação destes elementos produz-se um conhecimento próprio dentro do campesinato em geral, ou seja, um saber socialmente construído. Luta-se pelo território ancestral, não apenas pela terra; pretende-se tornar um camponês, mas não se deseja praticar a agricultura capitalista. E, de forma radical, reivindica-se uma positividade da identidade negra, da origem étnica.

Historicamente, como demonstramos, o grupo social esteve marcado pelo “parentesco [que] legitima e codifica a propriedade no plano das regras ideais, associando a ele valores [como a satisfação de suas necessidades mútuas, que incluem o simbólico, as tradições] como característica permanente da cultura”. A ancestralidade reivindicada esteve “expressando uma rejeição ideológica da aquisição por compra”, em um sentido no qual “a terra de cultivo e morada se opõe às relações de mercado” (WOORTMAN, 1997:80 apud OLIVEIRA, Bernadete C., 2001, p.255-6). É nesse território que se constitui também o educador coletivo formado pela “coletividade forte” (MAKARENKO, mimeo, s/d), que é a comunidade organizada em torno de suas devoções, festejos e do trabalho. Não era a sociedade envolvente que educava os jovens, não havia ainda escola os meios de comunicação de massa, mas como apontamos acima, havia uma situação onde, mesmo diante das dificuldades, “cada um tinha seu punhadinho”, onde como os adultos e os Mais Velhos se esforçavam para que “o pinhão nunca caísse longe do pinheiro” através de diversas manifestações simbólicas, rituais e do respeito no trato com “os de fora” e “os de dentro”. Esta é foi base da formação do sujeito histórico quilombola, de seu saber socialmente construído. Neste sujeito histórico há uma “práxis educativa”, termo que se situa nas “práticas produtiva e política” e refere-se “a uma ‘totalidade em atos’ [...] tendo em vista ‘as contradições sociais que delimitam as possibilidades e limites da produção sistematização, apropriação e difusão do saber pelas diferentes classes sociais”

(GRZYBOWSKI, 1986, p.49, apud. DAMASCENO, 1992, p.36), o saber social é engendrado “no cotidiano do trabalho e da luta camponesa, é a expressão concreta da consciência deste grupo social; um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente pelos camponeses” (DAMASCENO, 1992, p.36-7).

#### 4.2 Saber social e os Mais Velhos.

Neste tópico analisaremos o sentido e o valor atribuído pelos(as) entrevistados(as) quando se referem ao conhecimento que os Mais Velhos possuem. Para analisarmos a categoria “conhecimento”, (que analisaremos como equivalente de “saber”) utilizaremos o conceito de “saber social”.

O saber social é delimitado como

“o conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes sociais em uma situação histórica dada de relações, para dar conta dos seus interesses’ [...] dando a vida cotidiana do camponês (especialmente na prática produtiva e política) [...] a elaboração deste ‘saber social’; buscando verificar em que medida o mesmo está contribuindo para reforçar a luta e a organização do campesinato enquanto classe social; entendendo, portanto, o saber social como instrumento de exercício da hegemonia”

sendo que seu conteúdo

“permite apreender e explicar o saber que é engendrado na prática produtiva e política do campesinato, mas também o conhecimento que este grupo social apropria-se nas relações pedagógicas que trava com os diferentes agentes educacionais que atuam no meio rural (professores, técnicos, agentes pastorais, etc.)” (DAMASCENO, 1992 p.36-7).

Tendo em vista estas características, investigamos, a partir delas, como o conhecimento dos Mais Velhos é valorizado pelos entrevistados e o qual o papel deste conhecimento na organização do sujeito histórico. Ao serem indagados sobre o motivo da presença dos Mais Velhos nas reuniões e sobre a relevância dos conhecimentos que traziam, os(as) entrevistados responderam que a importância de estarem presentes se deve ao fato de terem vivenciado tanto a vida no Fundão quanto o processo de expulsão da terra. Ao responderem esta questão, os(as) quilombolas também apontaram como interpretam os valores presentes no conhecimento dos Mais Velhos. Para analisar este ponto nós ordenamos as respostas a partir de um recorte que dá margem que entendemos ser o processo de construção do

conhecimento que os Mais Novos afirmam que os Anciões possuem. Buscamos seguir a orientação dada por DAMASCENO, que sustenta que para compreendermos o conteúdo do saber socialmente construído por camponeses devemos analisar o “sentido que os próprios camponeses têm de sua realidade, aprender com eles como vivem, como pensam, como produzem suas concepções de mundo e de educação” (DAMASCENO, 1992, p. 36). Para investigar a questão referente à como constroem o conhecimento, realizamos várias perguntas a partir da questão central “Como uma pessoa é educada dentro da comunidade?” e “Como uma pessoa aprende dentro de uma comunidade?”.

Em geral os(as) entrevistados(as) afirmaram que as crianças eram educadas

“através de exemplos. As pessoas viviam numa forma..., ali entre eles, não tinham grandes conhecimento com as pessoas mais de fora, eles viviam só entre eles. O que o pai apreendia passava para filhos, netos. E hoje não, hoje você vê na televisão, você vê: “fulano fez, eu faço”. Então as coisas mudam, mudam muito.” Paulino do Patrocínio.

A educação era na família, entendida em contexto amplo

“na qualidade da educação da escola, os pais não tinham grande sabedoria na parte de ensino escolar. Então, eles ensinavam, na parte que traziam dos pais, a educação de pais, mãe, do avô e da avó, de madrinha e padrinho. Que ensinavam a respeitá, escutá as pessoas mais velha, obedecê as pessoas mais velha. Então, a educação era isso aí. E hoje já mudou bastante, porque uma criança com 4 anos já sabe lê e já sabe escreve.” João sulino.

Se as crianças e jovens aprendiam através de exemplos esta articulada, como percebemos, ao trabalho e a vida religiosa (as devoções como nos referimos acima). Como foi apontado pelos entrevistados(as) aprendiam a fazer uma alimentação “rústica” sem agrotóxico e possuíam, dentro de um sistema em que se inseriam como camponeses pobres, certa autonomia possibilitada pelo acesso á terra. Ao constituírem uma série de relações culturais, simbólicas e de parentesco transformavam o espaço físico do Fundão em um território quilombola. Neste território era que se apreendia, que o sujeito era “educado”. Mas o que significava este “ser educado”?

“Ser educado é... você..., como diz, saber tratar as pessoas. Na medida do possível. Então, o que a gente aprende, é isso aí. É respeitando, por exemplo..., os próprios anciões. Respeitando a sua associação. Respeitando as pessoas, que faz parte da comunidade, tanto grande, como pequeno. E as pessoas que venham nos visitar aqui. [...] O respeito é a gente não... . Assim, por exemplo: a gente não mexer em coisas que não é da gente, em coisas.... . Respeitar, por exemplo, o direito de ir e vir de cada um. Isso pra mim, é respeito.” [ao que se soma] “Eu não ser uma pessoa desonesta”. Eu não ser uma pessoa ladrão. Vamo se dizer, nem desordeira, nem formador de quadrilha. Eu ser uma pessoa de caráter... . É eu trabalhar, e viver do meu próprio suor, sem tirar nada de ninguém João Maria Soares.

Este princípio educativo (vinculado ao trabalho, integridade, ancestralidade, já indicado no item “Princípio Educativo e Ancestralidade”.) esta também presente na participação atual dos Mais Velhos, pois, segundo João Maria Soares, pois, “eles não querem ver você ser uma pessoa desinformada, ou fazer eles passar vergonha. Porque, eles preservam muito esse caráter de pessoa. Então, esses ensinamento, eles passam para você ser como eles são”. A definição de caráter, de valores morais esta radicalmente marcada pela ética (popular) de trabalho, não como mercadoria, mas como algo constitutivo do ser humano. Há também outras características anteriormente apontadas pelo próprio João Maria Soares, o terem sido os ancestrais que “puxaram a fila” na luta pela recomposição do território, de preocupar-se em produzir um alimento saudável, dando seguimento a uma “tradição de progresso” herdada dos ancestrais, para que eles “não tenham vergonha” dos seus descendentes e que, no que é constitutivo do grupo, possam os atuais membros do grupo, assemelhar-se aos ancestrais.

Outra definição que dá continuidade as idéias supracitadas acerca do valor atribuído pelos Mais Novos aos ancestrais no que se refere à ao ser “educado” esta no depoimento de Manoel Ferreira dos Santos. Para a educação dos Mais Velhos é ser educado

“na parte de respeito. Saber responder um cidadão. Te considerar, né. Agora não, que nem muitos, que não te respeita. Pega, olha em você, acha que só porque a pessoa ali tem mais um pouco de poder, ele não te dá atenção. Então, eu.... Nesse lado eles souberam, é..., passar pra nós. [...] Dentro da comunidade, até em diz respeito aquele tempo não existia este negócio de associação. Eles passavam dentro de casa, pra nós filho como nós poderia recebe os cidadão.” Manoel Ferreira dos Santos.

São regras básicas de civilidade – termo não muito apropriado, pois diz respeito à vida urbana – no trato com a sociedade envolvente. Este tema é bastante caro para o Sr. Manoel, pois afirma que isto é muito importante no caráter dos Mais Velhos, pois os “quilombolas, nós, nunca discriminemo ninguém, mas os negros sempre foram discriminado”. É um traço importante no processo educativo do grupo. Compreendemos que este traço, o de apontar que o grupo negro nunca discriminou ninguém e que isto é um aprendizado oriundo dos ancestrais, traz uma grande força moral: “Tudo o que eu sei hoje, eu aprendi com o meu pai. E da forma que eu aprendi, eu quero que você aprenda também. Então: “ser educado, respeitar as pessoas tanto, respeitar na forma de se expressar, sem menosprezar ninguém, sem preconceito, sem nada” João Soares Maria Soares. Se somarmos este valor moral ao que foi manifestado sobre a “honestidade” apregoada pelos ancestrais, traçaremos um

quadro interessante. Segundo João Maria Moraes, ganhar a vida “com suor” e ser “honesto”, nunca “tirar nada de ninguém” é algo que os Mais Velhos esperam dos descendentes. Ocorre que, como foi dito acima, a recíproca nem sempre foi verdadeira. No imaginário do grupo, pelo contrário, as histórias de discriminação e racismo se repetem, ao que deve somar-se a expropriação da terra.

A “honestidade” e a boa vontade dos ancestrais para com a sociedade envolvente aparecem em uma história narrada uma senhora de mais de 90 anos e transmitida por Dulcemara:

“quando eu fui ver era uma riqueza de assunto. Que era assim: ela contava que, quando entraram lá nas terras, vieram bateram palma lá e entraram. O vô, esse Heleodoro, que não sei se ela diz: “*Que papai*” ou “*Vovô contava*”: que bateram lá e eles foram atender, e começou a entrar gente ali, só sei que na última fala, como ela falou, que ele falou assim: ‘*Se eu soubesse não tinha deixado ninguém entrar aqui*’. Que eles foram mais para sondagem. E ela contando aquilo pra nós, e nós não sabia. Então isso que nos contou é uma riqueza de experiência, de passado que eles passaram pra gente. Isto que eu acho a preciosidade pra na nossa vida.”

O indivíduo estranho é recebido pelo grupo, não obstante o quadro de insegurança existente no campo paranaense e os resquícios do sistema escravista que caracterizavam as relações sociais. Mas como um dos valores citados como positivos pelo grupo era “saber receber um cidadão” isto ocorreu. Ao não se desconfiar da desonestidade más intenções dos estranhos abriram-se as portas para o roubo das terras.

O tema da “honestidade” e integridade moral dos ancestrais também é retomado por Mariluz ao narrar um feito do escravo Heleodoro, aquele que recebeu as terras de Balbina Siqueira em herança. A história foi narrada pelo Seo Domingos, membro do Conselho dos Anciões, último quilombola a ser expulso do Fundão (e que ainda carrega uma bala disparada por jagunços em seu corpo). O fato foi narrado durante uma das reuniões da Coordenação dos Anciões:

“Ele contando que assim, que ele achou. Veja bem! Ele [Heleodoro] achou ouro lá no Fundão e foi lá e entregou pra sinhá. Daí ele falou..., daí eu achei tão..., eu cheguei até a chorar no dia da reunião. Ele [Seo Domingos] falou assim: “*Existe história mais linda do que essa? A honestidade, presente dentro da nossa, da nossa descendência! Hoje dizem é burro! É um tongo! Porque não pegou o dinheiro? Podia tá rico, milionário, andando na boa tranquilo. E nós aí, também, super contente. Mas ele levou pro outro lado!*” A honestidade, o respeito para com a Dona Balbina. Porque: ela não viu! O coronel não viu que tinha este ouro. Podiam ter escondido. E tranquilo. [...] A honestidade, o respeito. Os valor que hoje tá fazendo falta em uma sociedade. [...] Isso muito presente. Ah e eu dou a maior importância pra isto! Dinheiro é lucro é uma... coisa assim... mas eu acho ainda, que a honestidade, que o respeito, que a cumplicidade! Aquela coisa assim de dizê: “*Oh, eu acredito! Eu confio! Eu respeito às pessoas*”. Porque nós

temos... . Claro que às vezes a gente tem decepções: normal! Mas se nós deixarmos de valer isso, de dar valor a isso, o que é que nós vamos ensinar também pros nossos? Então eu acho... . Eu acho não, eu tenho a maior certeza que estes são os valores mais importantes pra um ser humano.”

Aqui, tomando como referencia os depoimentos supracitados, apontamos que os valores da “honestidade”, do “respeito”, da “cumplicidade” devem ser entendidos a luz da formação do sujeito histórico em questão. Sendo que o conceito de “valor” por nós utilizado refere-se a

“orientação prática do sujeito para a ação social. Orientação que se obtém por comparação de termos dentro de um quadro em que se confrontam e em que se obtém e em que se escalonam diferenças diversas. Então nenhum valor é neutro. Não há neutralidade em termos de valores, porque cada valor, cada orientação prática espelha as convicções, espelha as crenças de um sistema particular; portanto é uma significação já estabelecida.” (SODRÉ, Muniz. 2001, p.146)

Quando os(as) quilombolas entrevistados(as) referem-se aos valores que julgam ser herdados e propugnados pelos Mais Velhos e dos ancestrais em geral, trata-se da defesa de um sistema amplo de comportamento.

A identidade quilombola, a verdade de sua luta são materializadas em um território que é a unidade dialética da memória da vida no Fundão; luta pela terra; da cultura que os Mais Velhos são os guardiões; dos preceitos morais que agregam o grupo e que encontram sua raiz mítica na experiência e inteligência dos ancestrais. Como salientaram Marx e Engels em Ad Feurbach, a verdade é uma dimensão da práxis. É na prática cultural, religiosa, familiar e produtiva que os quilombolas demonstraram e demonstram sua existência e a validade de suas reivindicações, pois produziram um saber social que, ao longo do último século lhes propiciou o acesso a terra, sua manutenção não obstante tentativas de expropriação e, por fim, quando a expulsão da terra, por grileiros e seus asseclas, apoiados por um ato do governador do Estado do Paraná no período ditatorial, mantiveram a coesão do grupo através do estabelecimento de relações de solidariedade e da memória das arbitrariedades sofridas e da justiça possível. O que pretendemos demonstrar neste último capítulo foi que isto apenas foi possível devido à atuação de uma forma coletiva, organizada, embora nem sempre visível para a sociedade envolvente, do saber social criado por sucessivas gerações de quilombolas. Este saber social garantiu ao grupo negro sua manutenção (e recriação) com tal, este é seu critério de verdade, como disse Mariluz ao responder sobre o motivo da instauração do Conselho de Anciões:

“Porque através deles a comunidade existe! [...] Veja, que a comunidade quilombola existe! E é a Invernada Paiol de Telha. [...] Já perdida, porque nós não éramos conhecidos enquanto negros no Paraná e ... nem no Brasil. Mas a

nível de Paraná, não éramos reconhecidos. Sabiam da nossa luta, porque já 70 anos de luta. Mas não davam visibilidade, tanto que: '*Não tem! Não tem!*', '*Há! Não tem, não existe!*'. Aí o quê que aconteceu? Reativaram esta luta, em 96. Alí foi indo: em manifestos e organizações e ida pro Barranco. Eles que organizaram. Porque jamais a gente... '*Tem que ir pra lá!*' e '*Tem que ir pra lá!*' e foram pra lá, e fomos visitar eles e dando apoio e até que foi tido a carta de reconhecimento da comunidade. A primeira do Paraná, que recebeu o reconhecimento de comunidade quilombola. Por isso o Conselho de Anciões. Porque eles... Como eu disse pra você: Tudo! Porque nós estamos aqui, hoje, por causa deles! Porque eles iniciaram e reiniciaram! E fizeram! E vieram. E vindo com dificuldade. Hoje nós pensamos: '*Nós estamos sofrendo assim., muito*'. Nossa. Por que... mas gente, imagine! E nós? E eles?"

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Dentre as reflexões efetuadas durante a criação do presente texto, foram várias os aprendizados e as dúvidas suscitadas. Inicialmente é importante salientar a questão do trabalho de pesquisa com as classes populares, a forma como é feito e a dificuldade de que os sujeitos sociais, as chamadas classes populares se apropriem ou, ao menos, consigam apropriarem-se destes trabalhos. Em geral os trabalhos acadêmicos investigam, classificam e “arquivam” o saberes populares. Este tema já foi apontado por HAGUETTE, mas na conclusão do presente trabalho não consigo deixar de manifestar minha sensação de que o pesquisador (e por extensão a universidade) de beneficiam mais do que foi investigado do que os quilombolas. Creio que o principal é construir estratégias e formas adequadas pelas quais a população *que não possui acesso* possa participar da construção do saber acadêmico e de seus frutos de forma positiva, não como objeto, como ocorre geralmente. Em geral, acredito que a “devolução” – compromisso assumido durante a confecção desta pesquisa – do trabalho é algo que depende muito mais do pesquisador(a). Este tema deveria merecer maior atenção da academia.

Outra questão importante que o presente trabalho contribuiu é a construção de uma história social da luta pela terra no Paraná. Trata-se de um trabalho que, acredito, ser essencial, visto que existem poucas obras que trazem um conjunto de pesquisas sobre as diferentes revoltas camponesas e indígenas no Paraná. Pelo que constatamos as últimas obras que procuraram desvelar este assunto foram “Movimentos Sociais no Campo” e “Paraná: Cenários de Economia e Política” que já completaram uma década. Atualmente novas possibilidades de investigação e novas problemáticas estão presentes. Entre os novos temas, acredito, que a relação entre as diferentes etnias na luta pela terra e as relações de trabalho destas são importantes temas, posto que não é possível afirmar que as condições de trabalho foram iguais para os diferentes camponeses rurais das diferentes origens étnicas. Em nosso trabalho fizemos algumas reflexões acerca das comunidades negras e da população negra rural em geral, resta aprofundar o tema e fazer algumas comparações com a mesma situação de classe, mas diferente origem étnico-racial. Assim, por exemplo,

estudos comparativos entre quilombolas e povos dos faxinais e camponeses eurodescendentes seria um trabalho importante.

Outro elemento importante que, acredito, o presente trabalho trouxe e que decorre da história social da luta pela terra no Paraná, é a necessidade de um mapeamento dos principais grupos empresariais envolvidos nos conflitos de terra (em geral, grilagem de terras), tendo como parceiro o Estado. Seria importante um estudo histórico-político de como se formam e quais os agentes que perduram nestas alianças, que, como vimos conseguiram, ao longo dos anos, apropriar-se de amplas extensões de terra no Estado. São exemplos desta característica, a revolta do Colono de 1957 e a Revolta de Porecatu (GOMES, 1981 e FERREIRA, 1987 respectivamente).

Por fim, mas não menos importante, acreditamos que um elemento central refere-se à investigação do papel educativo dos Mais Velhos – o que equivale dizer, os portadores da tradição. Ao se fazer o trabalho compreendemos um pouco sobre o universo camponês e, principalmente, da ideologia subjacente a expressão “tradição de progresso”. Foi importante compreender os valores que o grupo aponta existir entre eles e os Mais Velhos: “não discriminar ninguém”; cada um ter “o seu punhadinho”; a preservação do meio (o não uso de agrotóxicos), a preparação de alimentos saudáveis; a possibilidade, aventada por João Sulino e João Chaminé, de que as pessoas não precisem migrar para arranjar emprego. Trata-se de um conjunto de princípios que se enquadra em debates sobre o caráter do desenvolvimento no campo e sobre a reprodução do campesinato, que no caso de Paiol de Telha, se dará através da reocupação do território pelos camponeses negros e sua subtração do agronegócio.

Ainda no que se refere aos valores, acredito que é importante fazer uma contraposição entre os valores reverenciados pelos quilombolas e a contrapartida, revelada pela sociedade circundante: reciprocidade X competitividade; “viver do próprio suor” X trabalho alienado; respeito X “discriminação” etc.

Finalmente, acredito que, em relação ao modo de vida existente nas terras do Fundão e das proposições sócio-educativas existentes no Conselho dos Anciões, nas estratégias buscadas pelo grupo de se auto-preservar como tal, há uma origem que deve ser buscados no patrimônio cultural de povos africanos anteriores à diáspora. Durante a construção do presente trabalho e sua finalização esta foi, seguramente, a maior indagação que, caso

continuasse a pesquisa, desenvolveríamos: a importância de saberes e técnicas agrícolas africanas para a compreensão da formação do campesinato brasileiro contemporâneo. Acredito que esta é uma questão urgente para a compreensão da atual fase das lutas sociais no campo.

## 6 REFERÊNCIAS.

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **“Terras de Quilombo, Terras Indígenas, 'Babaçuais Livres', 'Castanhais do Povo', Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas”**. EDUFAM, Manaus, 2006.
- CARRIL, Lourdes F. B. **Trabalho e excedente econômico: remanescentes de quilombo no Brasil**. In: Scripta Nova. Universidade de Barcelona, vol. 119 (29). Barcelona:2002.
- CHAGAS, Miriam de Fátima, BARCELLOS, Daisy Macedo, et. al. **Comunidade Negra de Morro Alto: Historicidade, identidade e territorialidade**. Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2004.
- COSTA, Hilton, MINDAL, Clara Brener e SILVA, Paulo Vinícius Baptista. **NEAB-UFPR e a formação continuada em História e Cultura Afro-Brasileiras: Notas Introdutórias**. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinícius Baptista (orgs.). **Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras**. EDUEPG/EDUFPR, Ponta Grossa, 2007.
- COUTO, Isabel C. de. **Olhares da cidade: Curitiba suas representações**. Disponível em [www.utp.br/tuiuticienciaecultura/FCHLA/FCHLA%2028/PDF/art%2011.pdf](http://www.utp.br/tuiuticienciaecultura/FCHLA/FCHLA%2028/PDF/art%2011.pdf), acessado em 03.02.08.
- DAMASCENO, Maria Nobre. **A construção do Saber Social pelo camponês na sua prática produtiva**. In: MARTINS, José de Souza, SEVERINO, Antônio Joaquim, ZALUAR, Alba et. al. **Sociedade Civil e Educação**. Ed. Papirus, São Paulo, 1992.
- DE DECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos: memória, história e revolução**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. **Movimentos Sociais no Paraná: 1978-1987**. In.: BONIN, Anamaria Aimoré, FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. et. al., **Movimentos Sociais no Campo**. Criar Edições/Editora da UFPR, Curitiba,1987.
- GOMES, Iria Zanoni. **1957: A Revolta dos Posseiros**. Criar Edições, Curitiba,1987.
- GRYZIBOWSKI, C. **Movimento Social e processo de investigação**. In: GRYZIBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3a edição. Editora Vozes/FASE, Petrópolis, 1991.

HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 3ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1992.

HARTUNG, Miriam Furtado. **O Sangue e o Espírito dos Antepassados: escravidão, herança e expropriação no grupo negro Paiol de Telha – Paraná**. Ed. NUER/UFSC, Florianópolis, 2004.

\_\_\_\_\_. **Comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural no Paraná**. Mestrado em Antropologia UFRJ, 2000.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do Escravo**. Ed. Hucitec/Scientia et Labor, SP-Curitiba, 1968.

HOBSBAWN, Eric. **Todo o povo tem história**. In: HOBSBAWN, Eric. *Sobre a História: ensaios*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Bento Munhoz da Rocha Neto: trajetória política e gestão no governo do Paraná**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org). *A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Paraná de 1930 a 1980*. Ed. Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ney Braga: Trajetória política e bases do poder**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. (org). *A Construção do Paraná Moderno: políticos e política no Paraná de 1930 a 1980*. Ed. Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. **O Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em perícia**. Ed. UFRGS/NUER-UFSC, Florianópolis, 2005.

\_\_\_\_\_. **Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~nuer/artigos/osquilombos.htm>, acessado dia 28/02/2008.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Formação Histórica**. In: BALHANA, A. P. et. al. *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*. Ed. UFPR, Curitiba, 1968.

MAESTRI, Mário. **A aldeia ausente: Índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A Questão Agrária no Brasil*. Vol. II: O debate da esquerda 1960-1980. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2005.

MAKARENKO, Anton. **Metodologia para organização do processo educativo**. In: MAKARENKO, Anton. *Metodologia de trabalho para uma colônia infantil de trabalho*. Mimeo, s/d.

\_\_\_\_\_. O livro dos Pais – primeiro volume. Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1976.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **Educação e Cultura nas lutas do Campo: Reflexões sobre uma pedagogia do conflito**. IN: SEVERINO Martins, J. S. de, ZALUAR Antônio Joaquim, Alba e outros. Sociedade Civil e Educação. Ed. Papirus/Cedes, São Paulo 1992.

MOLINA & GUZMÁN. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Ed. Expressão Popular/Via Campesina, Brasília, 2005.

MATTOS, Hebe e RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2005.

NOVACKI, Luiz Henrique. **Como se liberto nascesse de ventre livre”: escravos libertos na freguesia de Palmeira-Paraná (1831-1848)**. In: Revista Vernáculo: história e reflexões. N. 03. Edição dos autores, Curitiba, 2000.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Tempo de Travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada**. In: Estudos Avançados (15) 43. São Paulo, 2001.

PENNA, Eduardo Spiller. **ESTADO DO PARANÁ**. Simpósio de Cultura Paranaense. Terra, Cultura e Poder: A arqueologia de um Estado. 1.º a 5 de dezembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **O Jogo da Face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba Provincial**. Ed. Aos Quatro Ventos, Curitiba, 1999.

POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização social no Oeste Catarinense**. Mestrado em História, UNICAMP, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.

RIBEIRO, Luís Carlos. **Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)**. Mestrado de História da USP, 1985.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Preços de escravos na Província do Paraná: 1861-1887 (Estudo sobre as escrituras de compra e venda de escravos)**. Mestrado em História Econômica, UFPR, 1974.

CRUZ, Cassius Marcelus; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de; SALLES, Jefferson de Oliveira; SILVA, Geraldo. **Quilombos: referência de resistência à dominação e luta**

- pela terra no Paraná. Educando para as relações raciais.** In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, Curitiba, 2006.
- SCHWARTZ, Stuart, **Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial.** Ed. Companhia da Letras, São Paulo, 1988.
- SILVA, José da Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro 1982.
- SILVA, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná.** Ed. Rosa de Bassi, Curitiba, 2006.
- SODRÉ, Muniz. **Identidade, Cultura e Globalização.** In: CIAVATTA, Maria e FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e Educação nos labirintos do capital. Ed. Vozes, São Paulo, 2001.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral.** 3ª edição, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- TOMAZI, Nelson Dácio. **Norte do Paraná.: Histórias e Fanstasmagorias.** Ed. Aos Quatro Ventos, Curitiba, 2000.
- VANDRERSEN, Dionísio. **Estudo da Realidade Brasileira a partir dos grandes pensadores, para entender a história da expropriação da terra dos índios, negros e posseiros na região centro do Paraná.** UNOCHAPECÓ, 2004.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 7ª edição, Gráfica Vicentina, Curitiba, 1995.
- YACCOUB, Hilaine. **A Aracruz, a monocultura e as comunidades quilombolas no Espírito Santo.** Disponível em [www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=19397](http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=19397), acessado em 14/03/08.

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Qual o nome e idade do Sr.(a)?
2. Qual seu lugar de moradia do Sr.(a)?
3. O Sr.(a) participa das regiões, cursos, atividades do Conselho? Com que frequência? Por quê?
4. O que é o Conselho dos Anciões?
5. Por que ele foi criado?
6. O que ocorre nas reuniões que o Sr.(a) participa?
7. No que isto influencia:
  - a. Em relação aos herdeiros?
  - b. Em relação às associações?
8. O Sr.(a) vê algo de educativo e/ou instrutivo nisto? Por quê?
9. Em relação ao Conselho, qual a sua importância na preservação da história, dos valores antigos da comunidade?
10. De que forma os “mais velhos” passam os conhecimentos, orientações durante os encontros do Conselho?
  - a. Por que isto é importante?
11. Qual o papel da Associação e do Conselho para que os valores dos antigos sejam repassados?
  - a. Como isto é feito?
  - b. Qual a importância disto?
12. Há mais alguma coisa que o Sr.(a) gostaria de acrescentar ao que já foi dito?

# CARTOGRAMA DAS ÁREAS CONFLAGRADAS X COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO PARANÁ

**LEGENDA**

**QUILOMBOLAS**

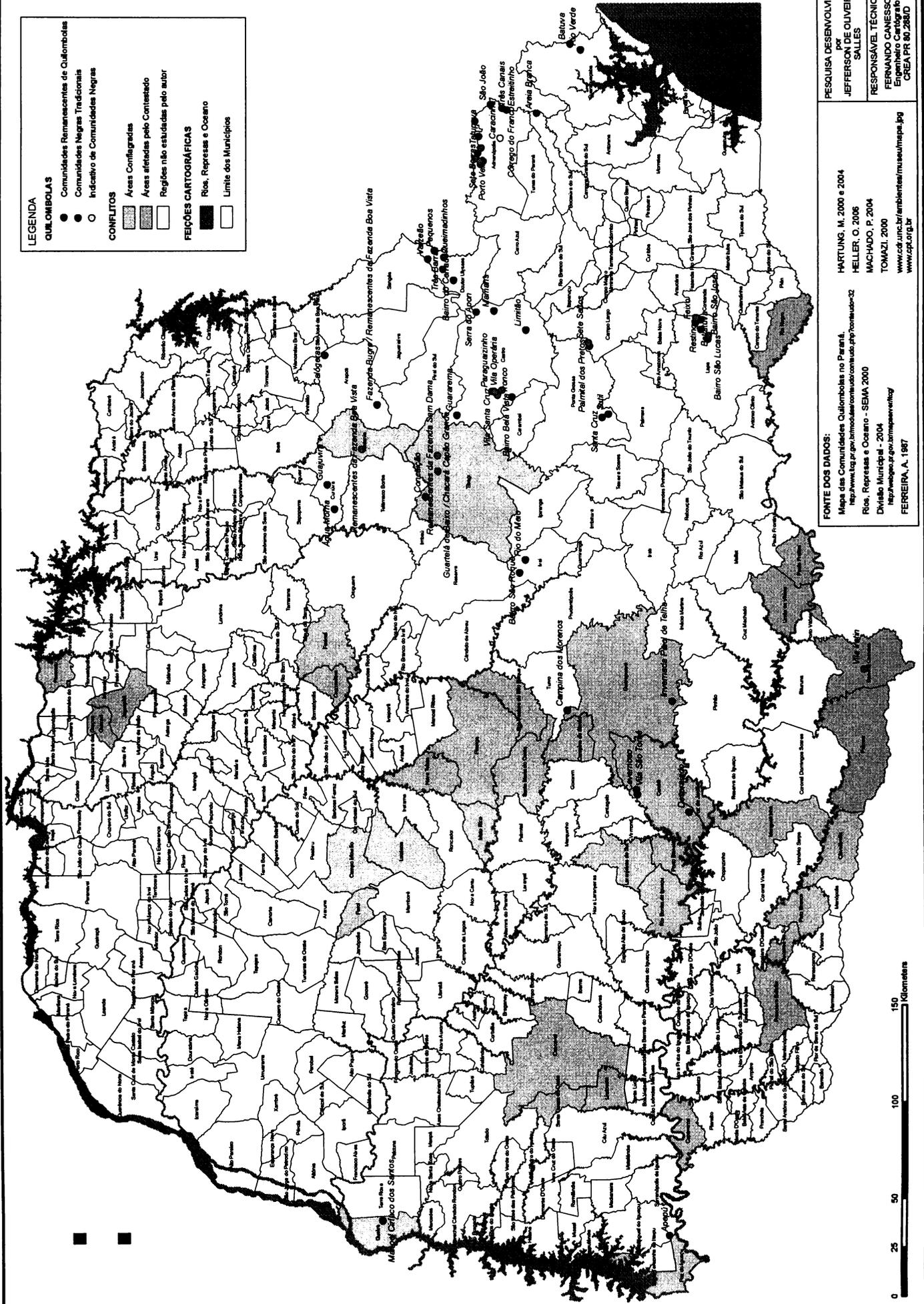
- Comunidades Remanescentes de Quilombolas
- Comunidades Negras Tradicionais
- Indicativo de Comunidades Negras

**CONFLITOS**

- ▨ Áreas Conflagradas
- ▨ Áreas afetadas pelo Contestado
- ▨ Regiões não estudadas pelo autor

**FEIÇÕES CARTOGRÁFICAS**

- ▬ Rios, Represas e Oceano
- ▬ Limite dos Municípios



**FORTE DOS DADOS:**  
 Mapa das Comunidades Quilombolas no Paraná  
<http://www.fsp.gov.br/intermedios/comunidades/quilombolas-32>  
 Rios, Represas e Oceano - SEMA 2000  
 Divisão Municipal - 2004  
<http://www.pra.gov.br/municipios/ufpr/>

**FONTES DOS DADOS:**  
 HARTUNG, M. 2000 e 2004  
 HELLER, O. 2006  
 MACHADO, P. 2004  
 TOMAZI, 2000  
[www.cbr.juric.br/ambiental/museu/mapa.jpg](http://www.cbr.juric.br/ambiental/museu/mapa.jpg)  
[www.cpf.org.br](http://www.cpf.org.br)

**PESQUISA DESENVOLVIDA por**  
 JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES  
**RESPONSÁVEL TÉCNICO**  
 FERNANDO GAISSO  
 Engenheiro Cartógrafo  
 CREA-PR 80.288/D

